

ERIK MEDEIROS DE QUADROS

**A INFLUÊNCIA DOS ESTILOS DE PENSAMENTO NO
JULGAMENTO MORAL**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2019

ERIK MEDEIROS DE QUADROS

**A INFLUÊNCIA DOS ESTILOS DE PENSAMENTO NO
JULGAMENTO MORAL**

Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professora Doutora Ana Teresa Martins

Professor Doutor Luís Faísca



UNIVERSIDADE DO ALGARVE

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2019

A INFLUÊNCIA DOS ESTILOS DE PENSAMENTO NO JULGAMENTO MORAL

Declaração de Autoria de trabalho

“Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.”

Assinatura

(Erik Medeiros de Quadros)

Copyright © Erik Medeiros de Quadros

“A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.”

Agradecimentos

Aos meus orientadores, Professora Ana Teresa e Professor Luís, que tornaram possível este trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta construção.

A minha família por todo o incentivo.

Resumo

Os estudos sobre julgamento moral, com recurso a dilemas morais, classificam as decisões em utilitárias ou deontológicas. A partir de um modelo dual de processamento de informação alguns teóricos associam às decisões utilitárias à uma maior deliberação (sistema lento, racional e consciente), enquanto as decisões deontológicas são associadas a respostas intuitivas e emocionais, baseadas em heurísticas (sistema rápido, sem esforço e inconsciente). No entanto, esta associação não é consensual, havendo estudos que procuram entender o processo de tomada de decisão a partir de diferenças individuais (traços de personalidade ou estilos de pensamento) e nos dilemas morais. Nesse contexto, o nosso principal objetivo foi avaliar a influência dos estilos de pensamento, racional e intuitivo na tomada de decisão moral. Para o efeito, foram avaliados 43 estudantes universitários, com idades compreendidas entre os 18 e 40 anos de idade (*Média* = 20.57 anos *DP* = 3.69). Numa primeira tarefa foram aplicados dois inventários de estilos de pensamento e um conjunto de vinte dilemas morais diversificados, de acordo com as categorias originalmente propostas por Christensen e colaboradores (2014) e traduzidas por Faísca, Inácio, Gamboa, Garcia e Martins (2017). Num segundo momento, recorreu-se ao método *thinking-aloud* com o objetivo de aceder às deliberações desenvolvidas pelos participantes durante o processo de decisão face a outros cinco dilemas morais. Os resultados sugerem que os estilos de pensamento não se associam às decisões morais e que sujeitos intuitivos, apesar de refletirem menos, não tendem a decidir deontologicamente. Através da análise das verbalizações produzidas durante o *thinking-aloud*, percebeu-se que o tipo de decisão moral é variável conforme os elementos presentes nos dilemas que sejam considerados mais ou menos relevantes para o sujeito (e.g., aspetos da vítima), e depende em parte da aplicação de regras morais, que tendem a nortear a reflexão (e.g., “salvar o máximo de pessoas”).

Palavras-chave: Julgamento moral, Estilos de Pensamentos, *Thinking-aloud*, Dilemas Morais.

Abstract

Research on moral judgment using moral dilemmas classify decisions as utilitarian or deontological. Based on a dual process model of information, some theorists associate utilitarian decisions with more deliberation (slow, rational and conscious system), while deontological decisions are associated with intuitive and emotional responses, based on heuristics (fast, effortless and unconscious system). However, this association is not consensual, and there are studies that seek to understand the decision-making process based on individual differences (personality traits or thinking styles) and moral dilemmas. In this context, our main objective was to evaluate the influence of rational and intuitive thinking styles on moral decision making. For that purpose, 43 university students aged between 18 and 40 years were evaluated (Mean age = 20.57; SD = 3.69). We applied in a first task two inventories of thinking styles and a set of twenty diversified moral dilemmas, according to the categories originally proposed by Christensen and colleagues (2014) and translated by Faísca, Inácio, Gamboa, Garcia and Martins (2017). Secondly, the thinking-aloud method was used to access the deliberations developed by the participants during the decision-making process in face of five other moral dilemmas. The results suggest that thinking styles are not associated with moral decisions and that intuitive subjects, although reflecting less, do not tend to decide deontologically. Through the analysis of the verbalizations produced during thinking-aloud, it was realized that the type of moral decision is variable according to the elements present in the dilemmas that are considered more or less relevant to the subject (e.g., features of the victim), and depends in part on the application of moral rules, that tend to guide reflection (e.g. “save many people”).

Keywords: Moral Judgment, Thinking Styles, Thinking-aloud, Moral Dilemmas

Índice

1 Introdução.....	6
2 Metodologia.....	10
2.1 Participantes.....	10
2.2 Instrumentos.....	11
2.3 Dilemas.....	11
2.4 Tarefas.....	12
2.4.1 Tarefa 1.....	12
2.4.2 Tarefa 2.....	12
2.5 Procedimentos de recolha de dados.....	13
2.6 Análise dos dados.....	13
3 Resultados.....	15
3.1 Tarefa 1: Associação entre os estilos de pensamento e o julgamento moral.....	15
3.2 Tarefa 2: Associação entre os estilos de pensamento e as verbalizações no decurso da tomada de decisão.....	17
4 Discussão.....	21
Referências.....	27
Anexos.....	30
Anexo I – Protocolo de Análise do Thinking-Aloud.....	31
Anexo II – Consentimento Informado.....	36
Anexo III – Ficha de Informação Sociodemográfica.....	37
Anexo IV – Inventários de Necessidade de Cognição e Fé na Intuição.....	39
Anexo V – Inventário Racional-Experiencial.....	41
Anexo VI – Dilemas utilizados para julgamento moral na Tarefa 1.....	43
Anexo VII – Dilemas utilizados para julgamento moral na Tarefa 2.....	54

Índice de Figuras

Figura 2.1 Guião da entrevista estruturada, realizada posteriormente ao <i>thinking-aloud</i>	13
Figura 2.2 Níveis de categorização das verbalizações obtidas durante o <i>thinking-alou</i>	14
Figura 3.3 Medidas compósitas dos estilos de pensamento racional e intuitivo.....	17
Figura 3.4 Categorias de reflexão desenvolvidas a partir da análise do conteúdo das verbalizações obtidas durante o <i>thinking-aloud</i>	18
Figura 3.5 Frequência das categorias de reflexão (Nível 3) identificadas durante a deliberação nos dilemas da Tarefa 2.....	21

Índice de Tabelas

Tabela 3.1 Tendência média de resposta aos dilemas morais e consistência interna das respectivas medidas (N = 43).....	15
Tabela 3.2 Frequência da reflexão por estilo de pensamento.....	19
Tabela 3.3 Distribuição dos tipos de reflexão produzidas pelos participantes de acordo com a Força Pessoal dos dilemas (N = 43).....	20
Tabela 3.4 Distribuição das reflexões consoante as dimensões conceituais de origem dos dilemas ou dimensões detetadas na deliberação dos participantes (N = 43).....	20

1 Introdução

O julgamento moral diz respeito à avaliação moral que fazemos acerca das nossas ações ou dos outros. As teorias cognitivas mais tradicionais acerca do julgamento moral definiam-no como um processo deliberativo e racional. Assim, as decisões morais decorrentes do julgamento moral, nos adultos, dependeriam majoritariamente dos processos de raciocínio e reflexão (Greene, Nystrom, Engell, Darley, & Cohen, 2004). Mais recentemente, a utilização de paradigmas experimentais recorrendo a dilemas morais¹ têm levado os investigadores a incluir processos emocionais e automáticos na tomada de decisão moral (Haidt, 2001; Tinghög, Anderson, Bonn, Johannesson, Kirchler & Koppel, 2016). Um dos primeiros dilemas morais utilizados neste tipo de estudos foi o *trolley dilemma*. Neste dilema o sujeito deve escolher se aperta um interruptor que irá desviar uma locomotiva e assim impedi-la de matar cinco pessoas, caso desvie a locomotiva de seu caminho ela irá matar apenas uma pessoa em vez de cinco. Uma variação deste dilema é o *footbridge dilemma*. Neste caso, o sujeito terá de escolher entre atirar um homem inocente de uma ponte a fim de o seu corpo travar a locomotiva que, se não interrompida, irá matar cinco homens presos na linha férrea. A versão *footbridge dilemma* se caracteriza por ser pessoal, no qual a ação que causa o dano é dirigida à vítima (sujeito empurra pessoalmente a vítima para o morte), enquanto a versão *trolley dilemma* se caracteriza por ser impessoal, uma vez que o dano é infligido indiretamente (a morte da vítima é executada de forma não pessoal, ao pressionar um botão). Dilemas pessoais implicam a ativação espontânea de processos emocionais, enquanto em dilemas impessoais o julgamento perpassa um maior cálculo de custos (Greene, Sommerville, Nystrom, Darley & Cohen, 2001; Christensen, Flexas, Calabrese, Gut & Gomila, 2014).

Alguns investigadores, ao utilizar este tipo de dilemas, passaram a classificar as decisões morais como utilitárias ou deontológicas (Greene, Morelli, Lowenberg, Nystrom & Cohen, 2008; Greene, 2009; Conway & Gawronski, 2013). Uma decisão utilitarista inclui balancear os benefícios e malefícios diante de um dilema, optando pela consequência mais favorável para a maioria dos envolvidos, isto é, optar pela ação cujo resultado vai oferecer maior bem-estar em geral. Sujeitos que tendem a tomar este tipo de decisões parecem fazer uso de uma maior reflexão em torno do cálculo de custos antes da escolha. Decisões utilitárias também parecem

¹ Entende-se por dilema moral uma história hipotética que descreve uma situação onde se exige ao indivíduo um de dois cursos de ação opostos, mas ambos moralmente justificáveis, por exemplo o dever de não matar nenhum ser humano (mesmo com o objetivo de salvar muitas vidas) e o dever de salvar vidas humanas, mesmo que isso obrigue a sacrificar alguém (Christensen et al., 2014).

exigir um maior tempo na atribuição da resposta. Pelo contrário, uma decisão não-utilitária, deontológica, não leva em consideração os resultados, mantém o foco em normas ou valores morais envolvidos no dilema, considerando inaceitável infringi-las, independentemente dos resultados da ação. De forma geral, decisões utilitárias estão relacionadas a uma maior deliberação/raciocínio, enquanto decisões deontológicas são relacionadas a respostas mais intuitivas e emocionais (Paxton, Ungar & Greene, 2012; Witteman, Bercken, Claes & Godoy, 2009)

Os autores dedicados ao estudo da tomada de decisão moral têm-se dividido entre aqueles que propõem tratar-se de um *processo único* e aqueles que defendem tratar-se de um *processo dual* (Tinghög et al., 2016).

As teorias que consideram o julgamento moral um *processo único*, defendem que uma decisão ou é racional ou intuitiva. Os racionalistas, autores das primeiras contribuições em psicologia moral (e.g., Kohlberg, 1984 *cit in* Strobel, Grass, Pohling & Strobel, 2017), defendiam o juízo moral como predominantemente centrado no papel do raciocínio. Pelo contrário, o *Social-Intuitionist Model* de Haidt (2001), apesar de também defender o julgamento moral enquanto processo único, sugere que para a decisão moral são usados processos rápidos e intuitivos, decorrentes da influência social e cultural. A proposta de Haidt (2001), é que tanto o certo como o errado são determinados por processos inconscientes, de forma que a decisão moral é na maioria das vezes intuitiva e espontânea.

As teorias que propõem o julgamento moral como *processo dual*, defendem que para a ocorrência de qualquer decisão moral concorrem um processo intuitivo e um processo racional. O processamento mental *intuitivo* caracteriza-se por ser rápido, automático, inconsciente, sem esforço cognitivo, holístico e emocional, enquanto o *racional* é lento, controlado, consciente e com esforço cognitivo (Mallon & Nichols, 2011; Witteman et al., 2009). Estas teorias podem dividir-se entre aquelas que defendem que estes processos são sequenciais (Evans, 2007; Evans & Stanovich, 2013; Greene et al., 2001, 2004) e aquelas que defendem que o processamento de informação é paralelo (Gürçay & Baron, 2017).

Nos modelos de processamento dual sequencial as etapas cognitivas envolvem um processo intuitivo inicial (*system-1*), rápido, automático, sem esforço deliberativo, seguido de um processo racional (*system-2*), lento e que requer esforço cognitivo. Exemplos destes modelos são o *default-interventionist*, de Evans (2007, 2013) e a *dual-process theory*, de Greene e colaboradores (2001, 2004). Nestes modelos teóricos a decisão moral é mais ou menos delimitada dependendo o tipo de processamento de informação utilizado. Nesse sentido, diante

de um dilema moral, em que é preciso decidir matar uma pessoa (mesmo que para salvar outras) os sujeitos que demoram a responder, apesar de uma resposta emocional aversiva inicial em matar alguém (*system-1*), usam o *system-2* para refletir antes de tomar a decisão. Neste caso o processamento de informação racional é posterior ao intuitivo e pode ou não substituir a resposta intuitiva inicial. Os estudos indicam que o julgamento moral quando feito de forma intuitiva (e por isso rápido e com pouca deliberação) força decisões deontológicas (Greene et al., 2008). Ou seja, em dilemas que requerem uma violação moral pessoal, violação que também se associa ao aumento da atividade em regiões cerebrais relacionadas à emoção (região frontal), a decisão tende a ser deontológica, pelo contrário, dilemas impessoais se associam a julgamentos com maior deliberação (análise de custos e benefícios) e tendem a corresponder a decisões utilitárias.

Tinghög e colaboradores (2016), partindo do pressuposto de que é possível forçar experimentalmente indivíduos a dar respostas mais intuitivas, hipotetizaram, a partir do modelo dual sequencial, encontrar-se maior presença de respostas deontológicas em sujeitos sob pressão cognitiva, pela conseqüente diminuição da sua capacidade reflexiva. Mas, ao contrário do esperado, o estudo reportou evidências de que uma decisão moral feita de forma intuitiva não difere de decisões morais em condições que possibilitam maior reflexão. Estes resultados reforçam o pressuposto de Gürçay e Baron (2017), que defendem que estes dois processos (intuitivo *versus* reflexivo) ocorrem de forma paralela e não-sequencial. Para estes autores, as decisões deontológicas e utilitárias estão disponíveis em simultâneo, na medida que os processamentos de informação intuitivo e racional (*system-1* e *system-2*) decorrem paralelamente. Sendo assim, o tipo de decisão moral é definido sobretudo pelo tipo de dilema e pelas diferenças individuais de quem está a proceder ao julgamento (por exemplo, traços pessoais). Em outras palavras, é possível haver decisões utilitárias e deontológicas de forma rápida sem ou com pouco esforço cognitivo.

Por outro lado, um estudo conduzido por Bartels (2008), cujo objetivo foi avaliar se tomadas de decisão moral deontológicas ou utilitárias se associavam aos estilos de pensamento intuitivo e reflexivo, permitiu observar numa amostra de estudantes universitários que quanto mais o participante confiava na intuição maior a sua preferência por princípios éticos e morais e mais deontológicas eram suas decisões no julgamento moral. Também Pennycook e colaboradores (2014), ao investigarem a influência do pensamento analítico no julgamento moral numa amostra alargada de 505 participantes constataram uma maior rejeição das ações imorais em sujeitos considerados analíticos. Strobel e colaboradores (2017), em dois estudos

(um total de 507 participantes), concluíram que indivíduos que tendem a confiar na reflexão para tomada de decisão moral apresentam preferência por tarefas complexas com maior engajamento e esforço cognitivo.

Dessa forma, o papel do processamento dual no julgamento moral ainda não é totalmente claro, na medida em que há divergências entre estudos sobre a relação entre o tipo de decisão e os sistemas racional e intuitivo. Ou seja, alguns estudos associam decisões utilitaristas e deontológicas aos sistemas de processamento racional e intuitivo, respectivamente; no entanto, outros estudos não relatam tal associação de forma a atribuir a decisão moral às características dos dilemas morais e às diferenças individuais. Para o entendimento mais preciso dos processos subjacentes ao julgamento moral, torna-se necessário uma abordagem que investigue a influência de valores morais, motivações pessoais, que se integram, no processo de pensamento para resultar numa decisão final (Crockett, 2013). Nesse sentido, pensa-se que as características individuais dos sujeitos são elementos a ter em consideração no estudo do julgamento moral enquanto processo como, por exemplo, o padrão cognitivo (Strobel et al., 2017), estilos de pensamentos (Phillips, Fletcher, Marks & Hine, 2016) e estilos de decisão (Dewberry, Juanchich & Narendran, 2013), fatores que podem explicar mais eficazmente o processamento de informações racional e intuitivo. Considerando os estilos de pensamento (Witteman et al., 2009), caberia explorar as diferenças na tomada de decisão moral entre indivíduos que podem ser caracterizados como *intuitivos* (i.e., aqueles que confiam mais na intuição) ou *racionais/reflexivos* (i.e., aqueles que confiam mais na reflexão) (Tinghög et al., 2016).

O julgamento moral é um interessante campo para a investigação da influência dos estilos de pensamento, uma vez que as tarefas com dilemas morais não recorrerem a respostas certas ou erradas e apresentarem uma forte componente emocional, pondo assim em evidência as diferenças individuais na tomada de decisão (Pennycook, Cheyne, Barr, Koehler & Fugelsang 2014). Assim como a teoria de processamento dual, vários estudos têm dividido os participantes considerando os estilos de pensamento racional e intuitivo (e.g., Paxton et al., 2012; Kvaran, Nichols & Sanfey, 2013; Li, Xia, Wu & Chen, 2018). Em teoria, a preferência pelo tipo de processamento de informação afeta o desempenho em tarefas com dilemas morais, contudo, os estudos não são convergentes quando associam os sistemas racional e intuitivo às inclinações utilitárias e deontológicas.

Considerando a influência dos traços pessoais no julgamento moral (Bartels, 2008; Dewberry et al., 2013; Gürçay & Baron, 2017; Strobel et al., 2017), objetivamos com este

estudo analisar a influência dos estilos individuais de pensamento no processamento dual envolvido no julgamento moral. Assim, pretendemos perceber se indivíduos mais racionais tendem a tomar decisões mais utilitaristas, enquanto indivíduos mais intuitivos tendem a tomar decisões mais deontológicas (Objetivo 1). Para compreender melhor os processos cognitivos envolvidos, e considerando a influência dos tipos de dilemas morais no julgamento moral (Pacini & Epstein, 1999; Gürçay & Baron, 2017), utilizámos um conjunto de dilemas diversificado e recorreremos ao método *thinking-aloud* (Charters, 2003), para aceder à natureza da deliberação e aos processos que operam conscientemente durante o julgamento moral, possibilitando assim caracterizar parte da perspectiva dos participantes durante a tomada de decisão (especificamente a justificativa da decisão, reflexões de normas morais e análises pessoais sobre o dilema) (Objetivo 2).

No âmbito do Objetivo 1, e de acordo com a teoria do processamento dual (Greene et al., 2004; Evans, 2007), esperamos que participantes com estilo de pensamento racional tendam a tomar decisões utilitaristas, enquanto participantes com estilo de pensamento intuitivo tendam a tomar decisões deontológicas. No mesmo sentido, no âmbito do Objetivo 2, e partindo do princípio que quanto mais reflexivo o indivíduo maior a sua propensão para julgamentos utilitaristas (Paxton et al., 2012), esperamos que indivíduos racionais apresentem, durante o *thinking-aloud*, um repertório de deliberação mais amplo e mais utilitarista, enquanto indivíduos intuitivos deverão apresentar menos deliberação e com carácter deontológico. Esperamos ainda que, durante o *thinking-aloud* o padrão de reflexão da decisão para o “não-dano” seja mais frequente em dilemas pessoais e que reflexões para o “dano” ocorram mais frequentemente em dilemas impessoais (Greene et al., 2001). Por fim, esperamos que o protocolo verbal obtido durante o *thinking-aloud* permita evidenciar a sensibilidade dos participantes às diferenças conceptuais subjacentes aos dilemas morais considerados (nomeadamente; questões de força pessoal, beneficiário do dano, intencionalidade da ação e da inevitabilidade do dano; tal como originalmente proposto por Christensen et al., 2014).

2 Metodologia

2.1 Participantes

Participaram neste estudo 43 universitários (37 mulheres), com idades compreendidas entre os 18 e 40 anos de idade (*Média* = 20.57 anos; *DP* = 3.69). Todos os participantes tinham

o Português como língua materna. Constituiu fatores de exclusão a existência de diagnóstico de perturbação psiquiátrica ou neurológica.

2.2 Instrumentos

Todos os participantes foram classificados de acordo com o seu estilo de pensamento (intuitivo e racional). Para o efeito realizámos uma tradução para o Português do inventário *Rational-Experiential*), de Pacini e Epstein (1999), que reflete a distinção entre o *system-1* (intuitivo) e o *system-2* (racional). O instrumento é composto por duas subescalas (*rationality* e *experientiality*) com 20 itens cada (e.g., “*Eu tenho uma mente lógica*”), devendo o sujeito indicar numa escala de resposta de cinco níveis (de 1 “completamente falso” a 5 “completamente verdade”) o grau em que cada item se aplica a si. Na versão original, ambas as subescalas apresentam níveis de fiabilidade adequados (*Rationality scale*, α de Cronbach = .87; *Experientiality scale*, α de Cronbach = .90).

Outras duas escalas foram utilizadas para avaliar o estilo de pensamento dos participantes. Traduzidas e adaptadas para a população portuguesa por Silva e Garcia-Marques (2006), as escalas de Necessidade de Cognição (NC; α de Cronbach = .84; Cacioppo & Petty, 1982), e Fé na Intuição (FI, α de Cronbach = .81; Epstein et al., 1996), medem, respetivamente, a tendência do indivíduo para se envolver num processamento de informação mais ou menos racional (analítico) ou intuitivo (não-analítico, heurístico). A escala Necessidade de Cognição é composta por 18 itens, enquanto a escala Fé na Intuição é composta por cinco itens, em ambas as respostas devem ser dadas numa escala de cinco níveis (1 corresponde a “discordo totalmente” e 5 “concordo totalmente”).

2.3 Dilemas

Para este estudo foram selecionados 23 dilemas, originalmente construídos por Christensen e colaboradores (2014), e traduzidos e adaptados para a língua portuguesa por Faísca, Inácio, Gamboa, Garcia e Martins (2017). Na Tarefa 1 foram utilizados 20 dilemas e um dilema treino, na Tarefa 2 foram utilizados quatro dilemas e um dilema treino. Os dilemas foram selecionados de forma equitativa, de acordo com quatro fatores (Christensen et al, 2014): *Força Pessoal* (pessoal e impessoal), *Destinatário do Benefício* (benefício para o próprio e benefício para os outros), *Intencionalidade* (a morte é instrumental ou acidental) e *Evitabilidade* (morte evitável e morte inevitável). Os dilemas originais foram cuidadosamente desenhados pelos autores de forma a controlar tanto as quatro dimensões conceptuais como os aspetos

formais e metodológicos (e.g., número de palavras, o estilo da redação, formulação da questão dilemática, também como forma de evitar fadiga ao longo da leitura).

2.4 Tarefas

2.4.1 Tarefa 1

Os estímulos foram apresentados em computador no formato texto com recurso ao *software Presentation* (versão 0.7). De uma forma geral, os participantes foram instruídos para ler cada história apresentada e depois responder ao dilema proposto, recorrendo para isso uma escala numérica. Foi-lhes indicado que deviam informar o aplicador caso não conseguissem ler ou responder a algum dilema por qualquer motivo. Também foram informados da ausência de tempo para a leitura do dilema nem para responder após o surgimento da questão dilemática.

Cada ensaio da tarefa decorria da seguinte forma: surgia uma cruz (+) no centro do ecrã durante um segundo e meio, assinalando a apresentação de cada história dentro de 500 milissegundos. Assim que tivesse lido a história, o participante devia a pressionar a tecla **ESPAÇO** para que aparecesse a questão dilemática. Perante essa questão, deveria responder numa escala de sete níveis, que variava de **1** (“Não, eu não faço”) até **7** (“Sim, eu faço”). Um primeiro ensaio servia de treino, para o participante avaliar se compreendia a tarefa e pudesse colocar as suas dúvidas ao aplicador. Iniciado um ensaio, não era possível voltar aos dilemas anteriores ou voltar atrás no dilema que se estivesse a ler no momento.

2.4.2 Tarefa 2

Nesta tarefa foram utilizados quatro dilemas e um dilema treino, selecionados de forma a haver dilemas pessoais e impessoais, instrumentais e acidentais, de benefício para os outros e para si próprio e evitáveis e inevitáveis. Para a aplicação do método *thinking-aloud* (Charters, 2003; Lundgrén-Laine & Salanterä, 2009), foi pedido a cada participante que lesse em silêncio cada um dos dilemas, mas que falasse em voz alta tudo o que estava a pensar ou sentir acerca do mesmo, de uma forma livre e sem preocupação em organizar o pensamento. No final foi pedido que respondesse a cada questão dilemática numa escala de sete níveis (entre 1 “Não, não faço” e 7 “Sim, eu faço”). No momento anterior à leitura de quatro dilemas os participantes tiveram oportunidade para ler um dilema treino, reforçando-se as instruções, de forma a tornar claro o que era pretendido. Os participantes foram informados de que todo o seu discurso estaria a ser gravado para posterior análise.

Numa segunda etapa foram devolvidos aos participantes os dilemas morais dispostos sobre a mesa para que pudessem ser consultados a qualquer momento. Feito isso foram realizadas algumas questões, a partir de uma entrevista estruturada, com o objetivo de esclarecer a percepção dos participantes em relação aos dilemas morais (Figura 1). Os dados colhidos através da entrevista não foram tratados sistematicamente neste estudo.

1. Qual foi o dilema que lhe deixou com maior dúvida ao responder? Nesse dilema o que lhe chamou à atenção? O que o fez tomar sua decisão?
2. O que pensou para responder esse dilema?
3. O que sentiu enquanto estava a ler o dilema?
4. Tomou a decisão de forma espontânea ou fez algum tipo de cálculo?
5. Ao responder os dilemas morais foi levado em consideração o número de pessoas que seriam salvas? Se sim, dê-me um exemplo. Nesse sentido foi levado em conta o número de pessoas que iriam morrer?
6. Acha que teve influência na sua decisão ter que ser diretamente o causador do dano em alguém?
7. Acha que teve influência na sua decisão o facto de a morte do inocente ser inevitável ou evitável? (explicar se preciso após a resposta inicial)
8. Ao responder os dilemas morais foi levado em consideração alguma norma moral? Se sim, qual(is)?

Figura 2.1 Guião da entrevista estruturada, realizada posteriormente ao *thinking-aloud*.

2.5 Procedimentos de recolha de dados

Para a recolha de dados foi obtida, num primeiro momento, uma aprovação ética pelo Conselho Científico da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Após a aceitação voluntária para a participação no estudo, a cada participante foi aplicado um questionário de caracterização sociodemográfica e de informação clínica assim como os inventários de estilos pessoais de pensamento. A todos os participantes foram administradas as duas tarefas de julgamento moral. As produções verbais dos participantes durante o período de *thinking-aloud* (Tarefa 2), foram gravadas e transcritas. Os dados foram recolhidos no laboratório de Neurociências Cognitivas da UAlg, num ambiente completamente isento de ruídos.

2.6 Análise dos dados

Para a análise dos dados recolhidos na Tarefa 1, procedeu-se ao cálculo do coeficiente de correlação de *Pearson* entre a pontuação obtida pelos participantes na totalidade dos dilemas morais e a pontuação obtida nos inventários dos estilos de pensamento.

Para análise dos dados recolhidos na Tarefa 2, procedeu-se à classificação das verbalizações produzidas pelos participantes durante o *thinking-aloud* e, posteriormente, à

contabilização da frequência de ocorrência de cada categoria (Duarte & Korelo, 2017). A categorização das verbalizações foi realizada em três níveis (Figura 2).

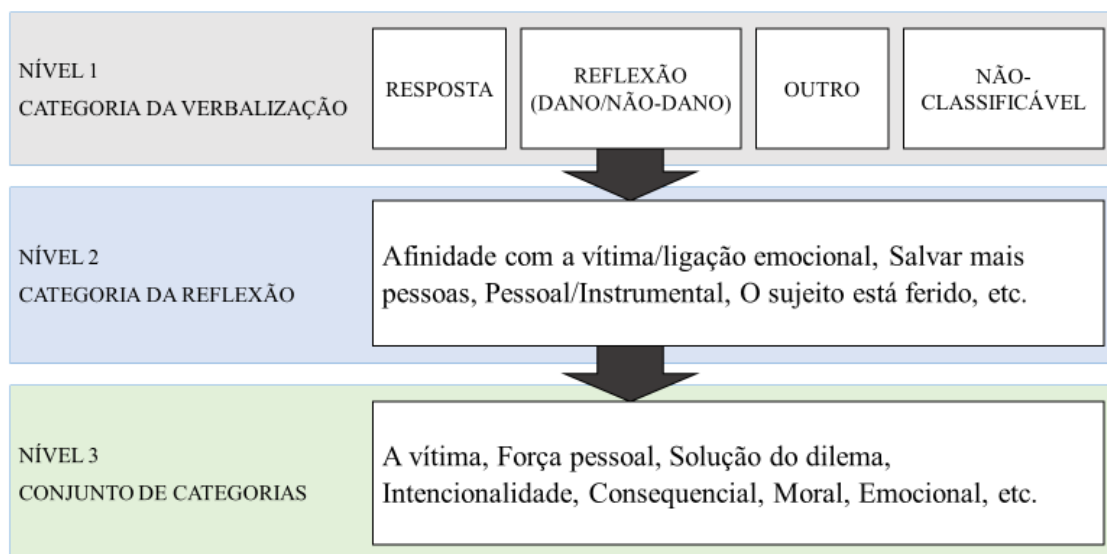


Figura 2.2 Níveis de categorização das verbalizações obtidas durante o *thinking-aloud*.

No primeiro nível, procedeu-se a uma classificação generalista das verbalizações, categorizando-as enquanto **Reflexões** (verbalizações que refletem a deliberação sobre fazer ou não o dano questionado na pergunta dilemática), **Resposta** (verbalizações expressando a resposta quantitativa à questão dilemática), **Outro** (verbalizações que não expressam nem reflexão do sujeito com vistas a justificação do dano ou não-dano nem reflexões feitas a partir de uma indecisão em relação a tarefa) e **Não-classificável** (verbalizações que correspondem a perguntas ou à leitura do dilema moral).

Num segundo nível, apenas as Reflexões foram categorizadas no sentido de identificar a deliberação subjacente à decisão de efetuar ou não o dano. Para essa categorização, recorreu-se às categorias conceptuais definidas na literatura para caracterizar os dilemas (e.g., instrumental, acidental e evitável). Quando as reflexões não correspondiam a essas categorias, foram criadas categorias a partir das verbalizações colhidas (num processo de categorização *bottom-up*). A classificação foi realizada observando o significado da verbalização dentro do contexto da tomada de decisão.

Num terceiro nível, procedeu-se ao agrupamento das diferentes categorias de reflexão consideradas no nível anterior em categorias de maior generalidade.

3 Resultados

3.1 Tarefa 1: Associação entre os estilos de pensamento e o julgamento moral

A partir das respostas dos participantes aos 20 dilemas morais (Tarefa 1), recorreu-se ao coeficiente *alpha* de *Cronbach* para avaliar a fiabilidade das medidas compósitas expressas pelas respostas aos dilemas e, em seguida, ao cálculo da média (e desvio-padrão) dessas medidas para cada tipo de dilema.

Tabela 3.1 Tendência média de resposta aos dilemas morais e consistência interna das respetivas medidas ($N = 43$). As respostas variam entre 1 e 7, correspondendo valores mais elevados a decisões mais utilitárias.

	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>alpha de Cronbach</i>
Força pessoal			
Pessoal (10 dilemas)	3,86	1,16	.992
Impessoal (10 dilemas)	4,10	1,19	.992
Benefício			
A si próprio (10 dilemas)	3,93	1,19	.991
Aos outros (10 dilemas)	4,03	1,10	.991
Evitabilidade			
Inevitável (10 dilemas)	4,26	1,19	.991
Evitável (10 dilemas)	3,70	1,12	.991
Intencionalidade			
Instrumental (12 dilemas)	3,89	1,13	.991
Acidental (8 dilemas)	4,12	1,18	.991
Total (20 dilemas)	3,98	1,12	.990

De um modo geral, as medidas associadas a cada tipo de dilema situam-se no nível central da escala de resposta (4). No entanto, as variações de respostas estão de acordo com a literatura (Christensen et al., 2014) e com pesquisas anteriores (Faísca et al., 2017), evidenciando-se níveis médios de respostas mais baixos (isto é, decisões mais deontológicas, optando por não matar) nos dilemas *Pessoais*, de *Benefício para o próprio*, *Evitáveis* e *Instrumentais*. No que respeita à fiabilidade das medidas, em todos os casos o coeficiente *alpha* de *Cronbach* é excelente $\geq .9$, indicando consistência interna elevada das respostas.

A análise da correlação entre o grau médio de utilitarismo das respostas dadas à totalidade dos dilemas morais e as pontuações obtidas nas escalas de estilos de pensamento permite avaliar a associação entre estilos de pensamento e o julgamento moral. Nenhuma das medidas de estilo de pensamento se mostrou associada de forma significativa ao grau de

utilitarismo nas respostas; REI-Racional ($r = .12, p = .428$), REI-Experiencial ($r = -.04, p = .803$), Necessidade de Cognição ($r = .10, p = .523$) e Fé na Intuição ($r = .04, p = .804$). Embora se observe uma tendência para os tempos de decisão serem mais curtos entre os participantes com pontuações mais elevadas nas escalas REI-Experiencial e Fé na intuição, as correlações entre medidas de estilos de pensamento e tempos de decisão não alcançam nunca significância estatística; REI-Racional ($r = .01, p = .952$), REI-Experiencial ($r = -.14, p = .389$), Necessidade de Cognição ($r = .08, p = .634$) e Fé na Intuição ($r = -.10, p = .585$).

Existindo uma correlação positiva de grande magnitude quer entre as duas escalas utilizadas expressando um pensamento de tipo racional (REI-Racional e Necessidade de Cognição: $r = .83, p < .001$), quer entre as duas escalas expressando um pensamento de tipo mais intuitivo (REI-Experiencial e Fé na Intuição: $r = .72, p < .001$), procedeu-se a uma medida compósita de cada par de medidas, obtendo assim uma medida do estilo de pensamento racional e do estilo de pensamento intuitivo.

Estas duas medidas apresentam uma correlação negativa, mas não significativa (Figura 4; $r = -.11, p = .483$), de forma que um mesmo participante pode dar respostas que classifiquem o seu pensamento tanto como intuitivo como racional não podendo, por isso, ser classificado claramente como intuitivo ou racional. Aos restantes participantes da amostra, de forma a identificá-los num tipo de pensamento marcadamente mais intuitivo ou mais racional, procedeu-se à divisão pela mediana das pontuações obtidas nas duas medidas compósitas representadas na Figura 3.

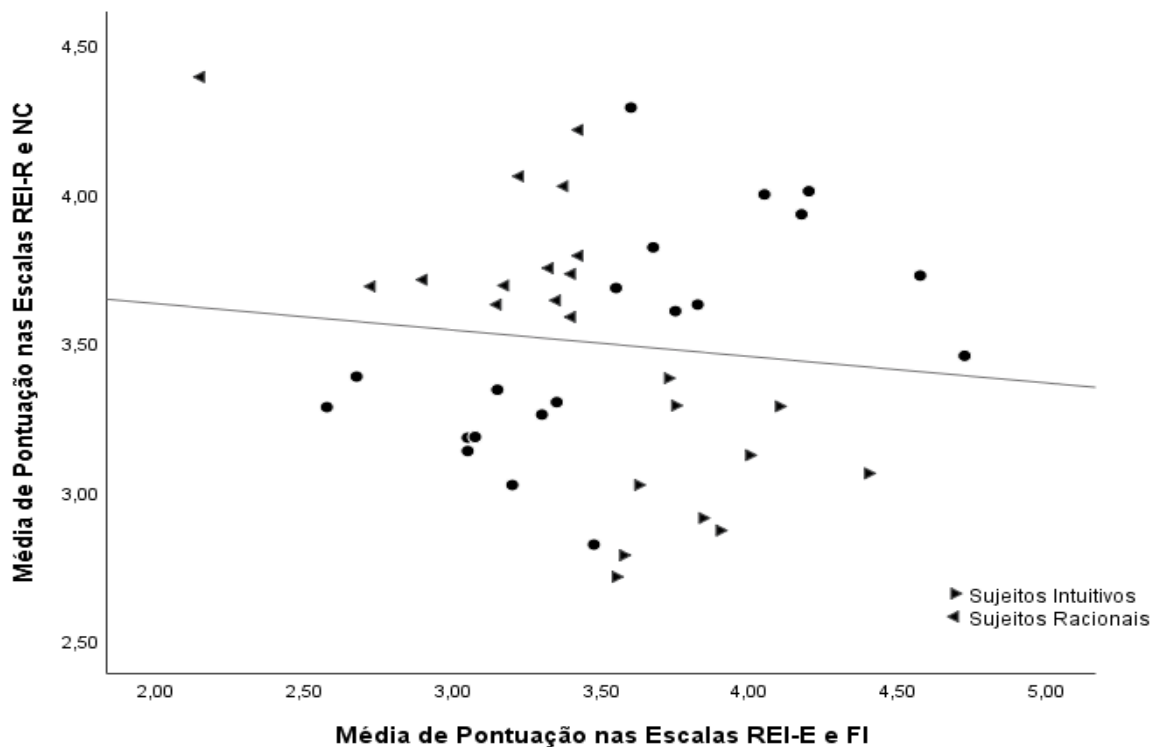


Figura 3.3 Medidas compósitas dos estilos de pensamento racional e intuitivo (regressão linear); REI-R (racionalidade) e NC (necessidade de cognição); REI-E (experientialidade) e FI (fé na intuição).

Assim, considerou-se predominantemente racionais os participantes com pontuação superior à mediana na medida compósita referente às escalas racionais e com pontuação inferior à mediana nas escalas intuitivas, neste mesmo sentido, considerou-se predominantemente intuitivos os participantes com pontuação superior à mediana na medida compósita referente às escalas intuitivas e com pontuação inferior à mediana nas escalas racionais.

3.2 Tarefa 2: Associação entre os estilos de pensamento e as verbalizações no decurso da tomada de decisão

A análise dos conteúdos das verbalizações geradas durante o *thinking-aloud* permitiu uma categorização organizada em três níveis de especificidade (*cfr.* Anexo I). Quando as verbalizações não eram categorizáveis nas categorias *a priori* utilizadas (e que correspondiam às categorias conceituais estruturadoras dos dilemas, nomeadamente “pessoal vs. impessoal”, “benefício para o próprio vs. benefício para os outros”, “instrumental vs. acidental” e “evitável vs. inevitável”), procedeu-se a uma classificação *bottom-up* das verbalizações que resultou num conjunto de novas categorias (Figura 3) que expressam as deliberações realizadas pelos participantes.

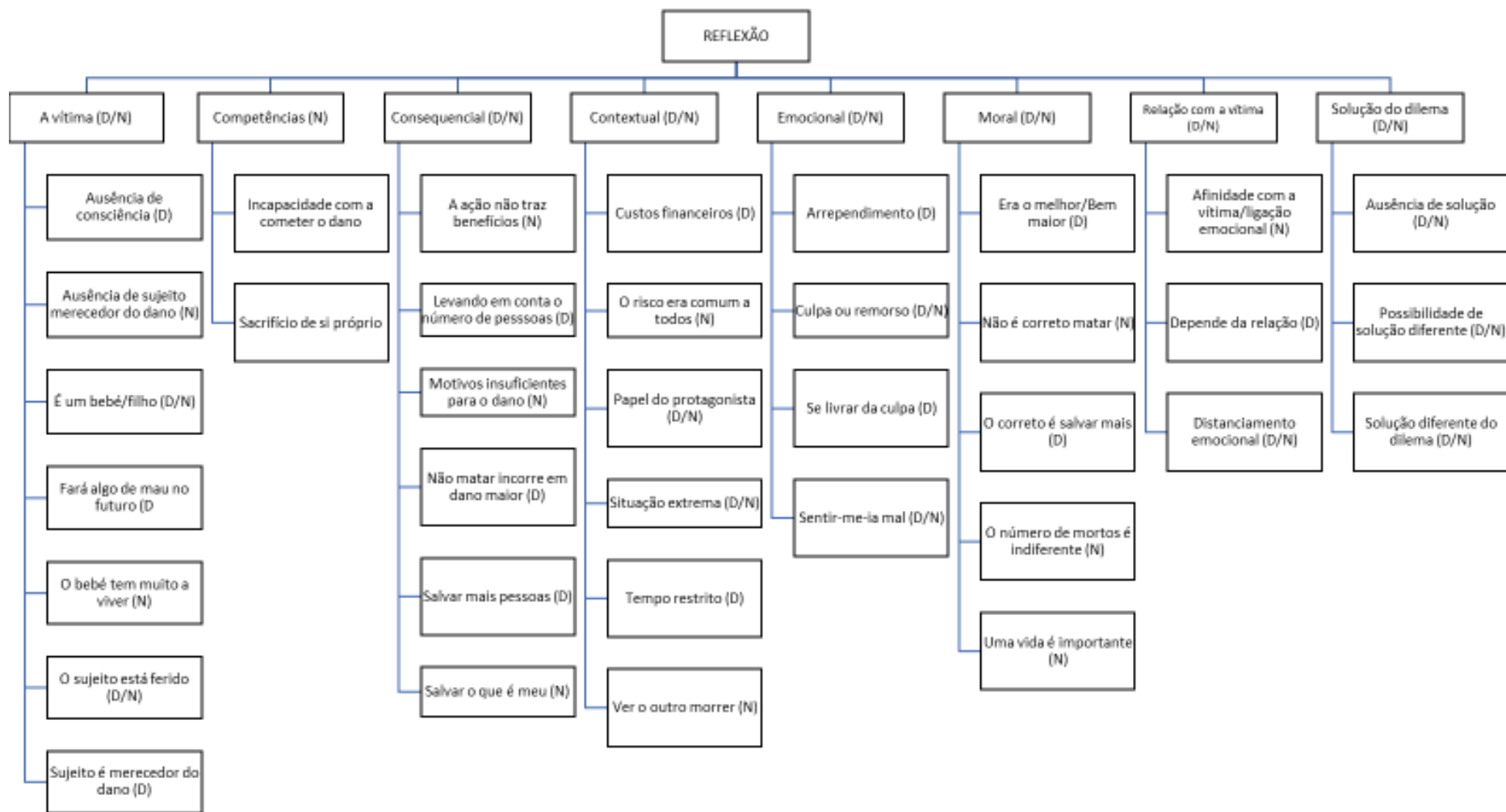


Figura 3.4 Categorias de reflexão desenvolvidas a partir da análise do conteúdo das verbalizações obtidas durante o *thinking-aloud* (“D” assinala reflexões a favor do dano ou utilitaristas, “N” assinala reflexões contra o dano ou deontológicas e “D/N” assinala reflexões que suportaram ambos os tipos de decisão).

Para testar a associação entre o conteúdo das verbalizações registadas durante *thinking-aloud* e os estilos de pensamento, foram selecionados os participantes mais racionais ($n = 13$) e os mais intuitivos ($n = 10$) da amostra (segundo a Figura 4), eliminando-se desta análise aqueles que manifestavam com igual intensidade os dois tipos de pensamento. Para estes participantes contabilizou-se o número de reflexões utilitárias e deontológicas realizadas conforme a categorização das verbalizações. Era esperado que o número de reflexões utilitárias fosse maior em participantes com estilo de pensamento racional e que, ao contrário, participantes intuitivos tivessem um número maior de reflexões deontológicas (Greene et al., 2004). Os resultados mostram que os sujeitos racionais apresentam um número superior de reflexões (em média, 20,8 reflexões durante toda a tarefa), comparativamente aos sujeitos intuitivos (em média, às 18,7 reflexões durante a tarefa). No entanto, e apesar das reflexões utilitaristas estarem mais presentes nos indivíduos racionais (racionais vs. intuitivos: 45,6% vs 40,6%) e das reflexões deontológicas estarem mais presentes nos indivíduos intuitivos (racionais vs. intuitivos: 30,0% vs. 39,0%), não há diferença muito marcada entre estes dois grupos, predominando em ambos as reflexões utilitaristas (no caso dos sujeitos com estilo de pensamento intuitivo, o número de reflexões utilitárias e de reflexões deontológicas é muito semelhante).

Tabela 3.2 Frequência da reflexão por estilo de pensamento.

<i>Estilo de pensamento</i>	<i>RU</i>	<i>RD</i>	<i>Outro</i>	<i>Total</i>
Racionais ($n = 13$)	123 (45,6%)	81 (30,0%)	66 (24,4%)	270
Intuitivos ($n = 10$)	76 (40,6%)	73 (39,0%)	38 (20,3%)	187

Nota. RU = reflexões utilitaristas; RD = reflexões deontológicas.

A Tabela 3 apresenta o número de reflexões justificativas para a realização do dano e para a realização do não-dano produzidas pela totalidade dos participantes durante a Tarefa 2 ($N = 43$). O esperado era que em dilemas impessoais (dilemas 1 e 2) ocorresse maior número de reflexões utilitaristas (Greene et al, 2004) do que nos dilemas pessoais (dilemas 3, 4 e de treino). Os resultados mostram que as condições pessoal ou impessoal não são suficientes para prever reflexões mais ou menos utilitárias. Sobre o Dilema 1 (impessoal), por exemplo, foram feitas maiores reflexões de carácter deontológico e sobre o Dilema 3 (pessoal) maior número de reflexões utilitárias.

Tabela 3.3 Distribuição dos tipos de reflexão produzidas pelos participantes de acordo com a Força Pessoal dos dilemas (N = 43).

<i>FP por DM</i>	<i>RU</i>	<i>RD</i>	<i>Outro</i>	<i>M (DP)</i>
Dilema de treino (P)	69	82	61	3,90 (1,83)
Dilema 1 (I)	24	138	32	2,39 (1,77)
Dilema 2 (I)	81	34	54	4,48 (1,61)
Dilema 3 (P)	132	13	34	5,79 (1,41)
Dilema 4 (I)	67	51	39	4,37 (1,85)

Nota. FP por DM = força pessoal por dilema moral; RU = reflexões utilitaristas; RD = reflexões deontológicas; M (DP) = média e desvio-padrão das respostas à questão dilemática (grau de utilitarismo da decisão); P = dilema pessoal; I = dilema impessoal.

Para perceber se a decisão moral dos participantes era predominantemente conduzida ou não pelas quatro dimensões concetuais que estiveram na origem da conceção dos dilemas morais utilizados (*Força Pessoal, Destinatário do Benefício, Intencionalidade e Evitabilidade*), contabilizou-se o número de reflexões geradas durante o *thinking-aloud* que correspondiam às categorias *a priori* referentes à estrutura conceptual dos dilemas e o número de reflexões que foram alocadas a novas categorias por não corresponderem a nenhuma dessas categorias *a priori* (Tabela 4). Os resultados sugerem, embora as reflexões relativas às dimensões originais dos dilemas sejam mais frequentes, existe uma fração importante de aspetos considerados pelos participantes na sua decisão que vão para além dos postulados por essas categorias originais.

Tabela 3.4 Distribuição das reflexões consoante as dimensões concetuais de origem dos dilemas ou dimensões detetadas na deliberação dos participantes (N = 43).

Dilema	CV	CD
Dilema de treino	88 (58,3%)	63 (41,7%)
Dilema 1	123 (76,4%)	38 (23,6%)
Dilema 2	85 (73,9%)	30 (26,1%)
Dilema 3	87 (60,0%)	58 (40,0%)
Dilema 4	86 (74,8%)	29 (25,2%)

Nota. CV = categorias das verbalizações; CD = categorias *a priori* dos dilemas.

Considerando o número de reflexões verbalizadas pelos participantes que não leva em consideração as categorias originais nas quais os dilemas foram estruturados, procedeu-se à contabilização da ocorrência das categorias de reflexão identificadas na Tabela 2 (Figura 5,

categorias de nível 3). Os resultados indicam um predomínio de reflexões acerca da vítima, de competências do protagonista e de aspetos consequenciais, isto é, de custos e benefícios.

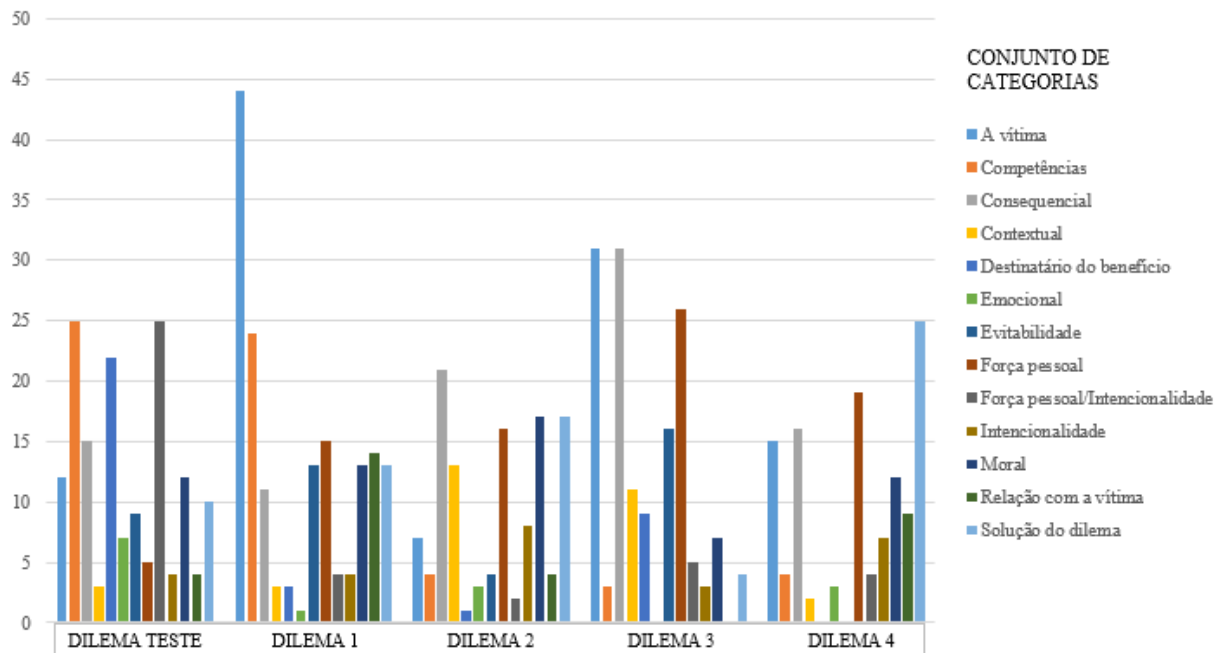


Figura 3.5 Frequência das categorias de reflexão (Nível 3) identificadas durante a deliberação nos dilemas da Tarefa 2.

4 Discussão

Neste estudo examinámos a influência dos estilos de pensamento no julgamento moral, nomeadamente numa tarefa de resolução de dilemas morais. O uso de dilemas morais é comum em estudos empíricos sobre o julgamento moral e sobre a preferência por tomadas de decisão mais utilitárias ou mais deontológicas (Conway, Goldstein-Greenwood, Polacek & Greene, 2018; Crone & Laham, 2017). Porém, os processos subjacentes a esta tomada de decisão não são totalmente compreendidos (Mallon & Nichols, 2011). Muitos estudos procuram reafirmar a influência de processos racionais (Paxton et al., 2012) e processos intuitivos (Andow, 2018) no julgamento moral, manipulando experimentalmente fatores cognitivos (Tinghög et al., 2016), de forma a testar o desempenho dos sujeitos em relação aos dilemas e procurar associações aos tipos de decisões morais (Gawronski & Beer, 2017)

Este trabalho baseou-se no modelo de processamento dual (Greene et al., 2004; Evans, 2007) e procurou perceber a influência dos estilos individuais de pensamento no julgamento moral (Witteman et al., 2009), partindo da hipótese de que indivíduos considerados intuitivos

recorreriam preferencialmente ao *system-1* para o processamento de informações, levando assim a decisões mais deontológicas do que indivíduos racionais, que baseariam as suas decisões no processamento conduzido pelo *system-2*, tendendo assim para decisões mais utilitárias. Dessa forma, a tendência de decisão moral dependeria do tipo de processamento de informação preferencial utilizado pelo sujeito. Além disso, utilizámos o método *thinking-aloud* para procurar caracterizar melhor o processo de deliberação durante a execução da tarefa de julgamento moral.

A análise dos resultados da Tarefa 1 demonstrou que os estilos de pensamento não se associam de forma significativa ao tipo de decisão moral. Apesar de os participantes mais racionais tenderem a dar respostas mais utilitárias e de os participantes mais intuitivos tomarem as suas decisões morais ligeiramente mais rápido, os efeitos observados são muito reduzidos ($r \sim .1$) e claramente sem fiabilidade estatística ($p \sim .4$). Considerando a teoria de processamento dual (Epstein et al., 1996; Gürçay & Baron, 2017) e os resultados da nossa primeira tarefa, sugere-se que os sistemas racional e intuitivo, enquanto modos de processamento de informação, parecem ser independentes e não-sequenciais, visto que os participantes parecem manifestar decisões morais semelhantes (nomeadamente decisões utilitárias ou deontológicas), independentemente do seu tipo de pensamento ser mais racional ou mais intuitivo. O julgamento moral, definido pelo modelo dual não-sequencial ou paralelo, parece explicar melhor o resultado na medida que o uso de processos mais racionais ou mais intuitivos não definem o tipo de decisão moral, mas sim a influência de características dos dilemas ou tarefas morais, de heurísticas e de personalidade (Pacini & Epstein, 1999; Björklund & Bäckström, 2008),

Os resultados da Tarefa 2 demonstraram, primeiro, que embora os participantes considerados mais racionais apresentassem maior número de reflexões, nomeadamente de reflexões utilitárias, os participantes considerados mais intuitivos obtiveram um número próximo em reflexões deontológicas comparado às utilitárias. Isso sugere que indivíduos intuitivos, apesar de possivelmente refletirem menos, não decidem necessariamente de forma deontológica, enquanto indivíduos racionais parecem necessitar de maior deliberação para justificar decisões. Sujeitos intuitivos com decisões utilitárias podem ser considerados mais “frios” que os racionais, pois não necessitam de maiores deliberações (quando baseados no cálculo de custos benefícios), e visto decisões intuitivas e deontológicas estarem em geral associadas à processos emocionais e de aversão ao dano (Crockett, 2013).

Em segundo lugar, a partir dos resultados da Tarefa 2, demonstrou-se que a *Força Pessoal* do dilema não prevê suficientemente reflexões (e, portanto, decisões) mais ou menos utilitárias. Os resultados demonstraram que a *Força Pessoal* é pouco reconhecida pelos participantes. Os sujeitos que optam pela ação danosa nos dilemas morais teriam, em tese, suas decisões facilitadas pela impessoalidade desta ação (Greene et al., 2004). Entretanto, apesar de referirem (na entrevista da segunda fase da Tarefa 2) que o fato de ser o causador indireto do dano facilita a ação, ações como cortar um cabo (Dilema 2) ou ligar uma caldeira (Dilema 1) podem ser interpretadas como ações que envolvem o agente diretamente na morte da vítima, revelando assim que a clássica distinção entre fazer o dano de modo pessoal ou impessoal parece não estar muito presente nas decisões dos participantes. Esses resultados não são consistentes com estudos anteriores no qual a pessoalidade do dilema prevê de maneira significativa a decisão moral (e.g., Greene et al., 2004; Christensen et al., 2014).

É importante pontuar que assumimos a ideia de que a reflexão realizada pelo sujeito (durante o *thinking-aloud*) reflète a sua decisão moral, que supostamente foi tomada durante ou logo após a leitura do dilema, na medida em que regras morais estão disponíveis conscientemente durante o raciocínio moral e, portanto, estão articulados à justificação moral (Tinghög et al., 2016; Cushman, Young & Hauser, 2006). Dessa forma, apesar do tipo de decisão não se correlacionar com a *Força Pessoal*, a decisão moral se associa ao padrão de reflexão do sujeito, no qual podemos comparar o número de reflexões com a média de resposta por dilema (Tabela 3).

Os resultados da Tarefa 2 demonstraram, em terceiro lugar, que os dilemas morais desenvolvidos por Christensen e colaboradores (2014), contêm aspetos conceituais para além dos postulados pelas categorias originais e que são frequentemente considerados pelos sujeitos enquanto tomam a sua decisão. Aspetos como, por exemplo, as características da vítima e as competências do sujeito para realizar a ação danosa aparecem com frequência nas verbalizações geradas durante o processo de decisão, mostrando que apesar dos participantes serem sensíveis a estrutura conceptual dos dilemas morais (*cf.* Tabela 1), uma série de outros fatores parecem influenciar de forma mais marcada as decisões (*cf.* Figura 5). Isto confirma a influência do tipo de dilema moral na tomada de decisão, mas também destaca a influência de aspetos específicos dos dilemas, interpretados pelos sujeitos como mais revelantes ou mais sérios, no julgamento moral (Björklund, 2003).

Em geral, os resultados sugerem que o processamento de informação subjacente ao julgamento moral, e na mesma medida a própria decisão moral, são influenciados por aspetos

do dilema moral. Por exemplo, o fato da vítima ser um filho/bebé ou ser um espião inimigo acarreta num aumento de respostas deontológicas ou utilitaristas, respetivamente. Estes dados são consistentes com Gürçay e Baron (2017), que suportam a ideia de que a decisão é resultado de um conflito (utilitário e deontológico), cuja resolução se dará a partir de características do sujeito e do dilema. Cada sujeito identifica elementos do dilema que lhe são caros e, baseado nestes elementos e em sua experiência de desenvolvimento moral, decidirá sobre aquilo que lhe parece o mais justo (Björklund, 2003). Um mesmo sujeito é capaz de ter decisões utilitárias e deontológicas, feitas de forma lenta e deliberativa ou rápida e intuitiva, em razão de elementos do dilema moral. Dessa forma, as motivações para a tomada de decisão moral são variadas e a preferência moral é flexível, fazendo uso de processos tantos intuitivos quanto deliberativos (Bartels, 2008).

Os nossos resultados são contrários aos estudos que associam o modo de pensamento à decisão moral e que indicam que o pensamento analítico conduziria ao julgamento moral utilitarista, enquanto o pensamento intuitivo/experiencial conduziria a decisões deontológicas (Greene et al., 2004; Paxton et al., 2012; Kvaran et al., 2013; Li et al., 2018; Conway & Gawronski, 2013). Contudo, é consistente com outros estudos, como por exemplo de Tinghög e colaboradores (2016), em que não encontraram associação entre os estados reflexivos e intuitivos na decisão moral. Ou seja, da mesma forma que decisões morais intuitivas parecem não diferir de decisões facilitadas por maior deliberação, decisões feitas por sujeitos com maior nível de confiança na intuição parecem não diferir de decisões feitas por sujeitos que confiam mais na deliberação. O que pode explicar isso é a qualidade da deliberação realizada pelos sujeitos no processo de tomada de decisão. Parte deste processo de deliberação foi captado através do método *thinking-aloud*.

O método *thinking-aloud* deixou mais explícito que a reflexão do sujeito (ao menos aquilo que ele conseguiu dizer em voz alta), indica uma construção argumentativa sobre a decisão moral. Este processo leva em consideração aspetos dos dilemas e, como afirmam Tinghög e colaboradores (2016), regras morais (e.g., “salvar o máximo de pessoas”, “minimizar o dano” ou “ajudar pessoas”), que tendem a nortear a reflexão e a decisão moral conforme a tarefa.

Através do *thinking-aloud* foi possível perceber que a argumentação/reflexão recorre a elementos dos dilemas morais, principalmente àqueles que são interpretados pelos sujeitos como mais relevantes ou sérios para a tomada de decisão. Um mesmo dilema é interpretado de maneira diferente pelos sujeitos, e a própria interpretação já se torna uma influência direta no

processo de julgamento moral. Por exemplo, no Dilema 4 da Tarefa 2, o “colega de investigação” quando interpretado como um amigo do protagonista atenuava decisões utilitárias. Características dos dilemas, como o papel do protagonista, aspetos da vítima (por exemplo, se está ferida ou se é um soldado inimigo), são elementos captados pelo método *thinking-aloud* e que parecem revelar a forma como os sujeitos decidem moralmente. Ou seja, apesar do foco deste estudo ter sido os estilos de pensamento e o padrão de reflexão, o recurso ao método de *thinking-aloud* proporcionou a perceção de que os dilemas morais, em sua variedade de características, influenciam fortemente a decisão moral, mais do que os próprios estilos de pensamento, resultado que coincide com a tese de outros estudos (Epstein et al., 1996; Björklund & Bäckström, 2008; Gürçay e Baron, 2017).

O recurso a regras morais (utilitárias ou deontológicas), como sugerem Tinghög e colaboradores (2016), pode explicar o fato dos estilos de pensamento não se associarem à decisão moral, visto que tais regras morais parecem estar presentes conscientemente tanto para respostas intuitivas (rápidas e com pouco esforço cognitivo) quanto respostas racionais (lentas e com muito esforço cognitivo). Nesse sentido, diferenças individuais do desenvolvimento moral e do carácter necessitam ser consideradas nos estudos de tomada de decisão moral, visto que é plausível considerar que os sujeitos recorrem a regras ou crenças morais (adquiridas ao longo do tempo), de forma consciente durante a leitura de dilemas morais e no processo de tomada de decisão. Parte dessas regras foram observadas durante o *thinking-aloud*, no qual os participantes as referiam como justificação de suas decisões (por exemplo, “não matar”, “não prejudicar um filho”, “proteger a pátria em detrimento de inimigos”, “salvar o máximo de pessoas”, “proteger os feridos”, etc).

Como limitações, apontamos o fato de a maioria dos nossos participantes ser do sexo feminino (86%). Alguns estudos (e.g., Grenne et al., 2001, 2004; Epstein et al., 1996; Pacini & Epstein, 1999), reportam associações significativas entre o sexo dos participantes e o tipo de decisão ou o estilo de pensamento, nesse sentido uma amostra heterogênea aumentaria a probabilidade de compreendermos os fatores associados a tomada de decisão (Delaney, Strough, Parker & Bruin, 2015). Outra limitação foi a dificuldade dos participantes apresentarem um bom desempenho na Tarefa 2, já que apenas uma minoria dos sujeitos conseguiu seguir as instruções e verbalizar a maioria dos pensamentos ocorridos durante a realização da tarefa. A ausência de protocolos de análise do *thinking-aloud* específico para experimentos envolvendo tarefas morais foi também uma limitação. O trabalho de classificação das verbalizações pretendeu ser o mais sistemático possível, mesmo assim devem ser

considerados possíveis enviesamentos durante a categorização dos dados coletados. Sendo que o processo de deliberação foi em parte determinado por aspetos específicos dos dilemas morais (e não apenas pelas quatro categorias conceituais originais), o fato de termos utilizado apenas cinco dilemas na Tarefa 2, faz com que as categoriais que se obtiveram não sejam representativas dos argumentos deliberativos que se socorrem os indivíduos perante uma questão dilemática. Uma investigação desses argumentos deveria incluir durante o *thinking-aloud* uma maior diversidade de dilemas.

Investigar o processo de pensamento e as influências na tomada de decisão moral é um grande desafio, já que as experiências sobre julgamento moral dizem mais acerca das decisões morais e não conseguem identificar com clareza toda a variedade de influências psicológicas no processo decisório (Mallon & Nichols, 2011). Com relação as influências no julgamento moral, um estudo recente (Rom & Conway, 2018), sugere que para além de processos cognitivos e emocionais, também processos sociais complexos desempenham um papel revelante na condução das decisões morais. A consideração dos processos sociais no julgamento moral oferece implicação direta aos modelos duais teóricos utilizados neste trabalho e colocam em dúvida em que medida os sujeitos, por exemplo na Tarefa 2, alteraram estrategicamente suas decisões para facilitar o *thinking-aloud* e a justificação do julgamento, baseados em representações sociais e de identidade moral.

Como propostas futuras, sugerimos maior investigação do percurso de tomada de decisão, através da indução de carga cognitiva e uso de medidas psicofisiológicas, e das diferenças individuais (e.g., traços de personalidade, identidade moral e raciocínio moral), considerando processos automáticos envolvidos no julgamento moral utilitarista e deontológico.

Referências

- Andow, J. (2018). Are intuitions about moral relevance susceptible to framing effects? *Philosophical Psychology*, 9, 115-141.
- Bartels, D. (2008). Principled moral sentiment and the flexibility of moral judgment and decision making. *Cognition*, 108, 381-417.
- Björklund, F. & Bäckström, M. (2008). Individual differences in processing styles: validity of the rational-experiential inventory. *Scandinavian Journal of Psychology*, 49, 439-446.
- Björklund, F. (2003). Differences in the justification of choices in moral dilemmas: effects of gender, time pressure and dilemma seriousness. *Scandinavian Journal of Psychology*, 44, 459-466.
- Charters, E. (2003). The use of thinking-aloud methods in qualitative research: an introduction to think-aloud methods. *Brock Education*, 12, 68-82.
- Christensen, J. F., Flexas, A., Calabrese, M., Gut, N. K. & Gomila, A. (2014). Moral judgment reloaded: a moral dilemma validation study. *Frontiers in Psychology*, 5, 1-18.
- Conway, P & Gawronski, B. (2013). Deontological and utilitarian inclinations in moral decision making: a process dissociation approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 104(2), 216-235.
- Conway, P., Goldstein-Greenwood, J., Polacek, D. & Greene, J. (2018). Sacrificial utilitarian judgments do reflect concern for the greater good: clarification via process dissociation and the judgments of philosophers. *Cognition*, 179, 241-265.
- Crockett, M. (2013). Models of morality. *Trends in Cognitive Sciences*, 17(8), 363-366.
- Crone, D. L. & Laham, S. M. (2017). Utilitarian preferences or action preferences? Deconfounding action and moral code in sacrificial dilemmas. *Personality and Individual Differences*, 104, 476-481.
- Cushman, F., Young, L. & Hauser, M. (2006). The role of conscious reasoning and intuition in moral judgment. *Psychological Science*, 17, 1082-1089.
- Delaney, R., Strough, J., Parker, A. M & Bruin, W. B (2015). Variations in decision-making profiles by age and gender: a cluster-analytic approach. *Personality and Individual Differences*, 85, 19-24.
- Dewberry, C., Juanchich, M. & Narendran, S. (2013). Decision-making competence in everyday life: the roles of general cognitive styles, decision-making styles and personality. *Personality and Individual Differences*, 55, 783-788.
- Duarte, N. P. & Korelo, J. C. (2017). A utilização do protocolo verbal *think aloud* para rastreamento de processos em pesquisas sobre a tomada de decisão do consumidor. *Revista Brasileira de Marketing*, 16(3), 317-333.

- Epstein, S., Pacini, R., Denes-Raj, V. & Heier, H. (1996). Individual differences in intuitive-experiential and analytical-rational thinking styles. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71(2), 390-405.
- Evans, J. & Stanovich, K. (2013). Dual-process theories of higher cognition: advancing the debate. *Perspectives on Psychological Science*, 8(3), 223–241.
- Evans, J. (2007). On the resolution of conflict in dual process theories of reasoning. *Thinking & Reasoning*, 13(4), 321-339.
- Faísca, L., Inácio, F., Gamboa, C., Garcia, P., & Martins, A.T. (2017). Behavioral and physiological data from a set of moral dilemmas (in preparation).
- Gawronski, B. & Beer, J. (2017). What makes moral dilemma judgments “utilitarian” or “deontological”? *Social Neuroscience*, 12(6), 626-632.
- Greene, J. D. (2009). Dual-process morality and the personal/impersonal distinction: a reply to McGuire, Langdon, Coltheart, and Mackenzie. *Journal of Experimental Social Psychology*, 45, 581-584.
- Greene, J. D., Morelli, S. A., Lowenberg, K., Nystrom, L. E. & Cohen, J. D. (2008). Cognitive load selectively interferes with utilitarian moral judgment. *Cognition*, 107, 1144-1154.
- Greene, J. D., Nystrom, L. E., Engell, A. D., Darley, J. M. & Cohen, J. D. (2004). The neural bases of cognitive conflict and control in moral judgment. *Neuron*, 44, 389-400.
- Greene, J. D., Sommerville, R. B., Nystrom, L. E., Darley, J. M. & Cohen, J. D. (2001). An fMRI investigation of emotional engagement in moral judgment. *Science*, 293, 2105-2108.
- Gürçay, B. & Baron, J. (2017). Challenges for the sequential two-system model of moral judgement. *Thinking & Reasoning*, 23(1), 49-80.
- Haidt, J. (2001). The emotional dog and its rational tail: a social intuitionist approach to moral judgment. *Psychological Review*, 108(4), 814-834.
- Kvaran, T., Nichols, S. & Sanley, A. (2013). The effect of analytic and experiential model of thought on moral judgment. *Progress in Brain Research*, 202, 187-196.
- Lundgrén-Laine, H. & Salanterä, S. (2009). Think-aloud technique and protocol analysis in clinical decision-making research. *Advancing Qualitative Methods*, 20(4), 565-575.
- Mallon, R. & Nichols, S. (2011). Dual processes and moral rules. *Emotion Review*, 3(3), 284-285.
- Pacini, R. & Epstein, S. (1999). The relation of rational and experiential information processing styles to personality, basic beliefs, and the ratio-bias phenomenon. *Journal of Personality and Social Psychology*, 76(6), 972-987.

- Paxton, J. M., Ungar, L. & Greene, J. D. (2012). Reflection and reasoning in moral judgment. *Cognitive Science*, *36*, 163-177.
- Pennycook, G., Cheyne, J., Barr, N., Koehler, D. & Fugelsang, J. (2014). The role of analytic thinking in moral judgements and values. *Thinking & Reasoning*, *20*(2), 188-214.
- Phillips, W., Fletcher, J., Marks, A. & Hine, D. (2016). Thinking styles and decision making: a meta-analysis. *Psychological Bulletin*, *142*(3), 260-290.
- Rom, S. & Conway, P. (2018). The strategic moral self: self-presentation shapes moral dilemmas judgments. *Journal of Experimental Social Psychology*, *74*, 24-37.
- Strobel, Anja, Grass, J., Rohling, R. & Strobel, Alexander (2017). Need for cognition as a moral capacity. *Personality and Individual Differences*, *117*, 42-51.
- Tinghög, G., Anderson, D., Bonn, C., Johannesson, M., Kirchler M. & Koppel, L. (2016). Intuition and moral decision-making – The effect of time pressure and cognitive load on moral judgment and altruistic behavior. *PLoS ONE*, *11*(10), 1-19.
- Witteman, C, Bercken, J. van den, Claes, L. & Godoy, A. (2009). Assessing rational and intuitive thinking styles. *European Journal of Psychological Assessment*, *25*(1), 39-47.

Anexos

Anexo I – Protocolo de Análise do *Thinking-Aloud*

O *thinking-aloud* transcrito dos sujeitos foi categorizado em um primeiro nível de cinco formas:

- Resposta (verbalizações no qual é referido a resposta qualitativa ao dilema, por exemplo, “Sim, eu faço” ou “Acho que punha um três”);
- Reflexão para o dano (verbalizações com características que remetem a uma decisão favorável ao dano ou de justificação do dano);
- Reflexão para o não-dano (verbalizações com características que remetem a uma decisão desfavorável ao dano ou de justificação do não-dano);
- Outro (verbalizações que não expressam uma reflexão do sujeito com vistas a justificação do dano ou não-dano e reflexões feitas a partir de uma indecisão em relação a tarefa);
- Não-classificável (verbalizações com perguntas ou leitura do dilema moral);

Num segundo nível de classificação, as reflexões (dano e não-dano) foram nomeadas utilizando-se das categorias dos dilemas morais (pessoal, impessoal, benefício para o próprio, etc.) e categorias construídas a partir das verbalizações, na forma de palavras ou frases curtas que expressem o significado da verbalização (por exemplo, Afinidade com a vítima/ligação emocional, Salvar mais pessoas, O sujeito está ferido, Sentir-me-ia mal, Culpa, etc.).

Por fim, num terceiro nível de classificação, foram agrupadas as categorias conforme características comuns das reflexões. Segue-se alguns exemplos do *thinking-aloud* demonstrando como foram organizadas as categorias:

- A vítima: reflexões que apontam características da vítima como fator motivador para a tomada de decisão.
 - Ausência de consciência: “Por que o bebê não tem, tipo, a noção do que é vida, e principalmente do que é morte” (Sujeito 20).
 - Ausência de um sujeito merecedor do dano: “E como à partida não há aqui nenhum criminoso, eu não consigo escolher...” (Sujeito 6).
 - É um bebê/filho: “Não abdicava da vida do meu filho para qualquer outra vida” (Sujeito 3).
 - Fará algo de mau no futuro: “Os compradores vão usar a invenção como uma arma mortífera” (Sujeito 27).
 - O bebê tem muito a viver: “Nós já vivemos alguma coisa, o bebê ainda não viveu nada” (Sujeito 17).

- O sujeito está ferido: “E qualquer das formas a pessoa já estava ferida” (Sujeito 14).
- Sujeito inimigo: “Pra já por que ele é o meu opositor...” (Sujeito 1)
- Competências (reflexões que apontam a qualidade da habilidade do protagonista ou sua disposição em relação a ação proposta no dilema).
 - Incapacidade para cometer o dano: “Eu não seria capaz de fazer isso” (Sujeito 4).
 - Sacrifício de si próprio: “Não iria me importar de morrer, pra salvar alguém que amo” (Sujeito 33).
- Consequencial (reflexões que levam em conta os custos e os benefícios resultantes da decisão como justificadores desta).
 - A ação não traz benefícios: “Acho que não tinha nada a ganhar” (Sujeito 14).
 - Levando em conta o número de pessoas: “Mas tendo em conta o número de pessoas” (Sujeito 11) ou “Por que ia salvar milhares de pessoas” (Sujeito 2).
 - Motivos insuficientes para o dano: “Não ia matar só por causa disso” (Sujeito 17).
 - Não matar incorre em dano maior: “Se ele o vendesse, supostamente ia ser usado como uma arma mortífera” (Sujeito 39).
 - Salvar mais pessoas: “Mas, vou salvar mais pessoas” (Sujeito 36) ou “Abdicava da vida dele pra conseguir salvar o resto das pessoas” (Sujeito 28).
 - Salvar o que é meu: “Portanto, é sempre é importante nós proteger-nos aqueles que são nossos” (Sujeito 28).
- Contextual (reflexões que levam em conta as características da situação construídas pelo dilema e na qual os personagens se inserem, como fatores justificadores da decisão).
 - Custos financeiros: “Não há de ser muito barato um helicóptero” (Sujeito 20).
 - O risco era comum a todos: “Por que no momento estávamos todos em risco” (Sujeito 24).

- Papel do protagonista: “Como mãe eu acho que eu não conseguiria fazer” (Sujeito 32) ou “Sendo membro do exército nós somos treinados pra fazer essas coisas” (Sujeito 43).
- Situação extrema: “Por que também num ambiente de guerra então” (Sujeito 38).
- Tempo: “Eu tenho pelo menos mais tempo pra salvar eles” (Sujeito 33).
- Ver o outro morrer: “Não conseguiria ver essa cena” (Sujeito 15).
- Emocional (reflexões que apontam o estado emocional do sujeito em relação a decisão tomada).
 - Arrependimento: “Por que eu sei que eu faria, mas, enfim, faria com receio e com arrependimento” (Sujeito 32).
 - Culpa ou remorso: “Eu ia ficar muito culpada” (Sujeito 35) ou “Eu iria sentir-me culpada e com remorso” (Sujeito 9).
 - Livrar-se da culpa: “Tentava, ao máximo, que não fosse culpa minha, apesar de ser” (Sujeito 20).
 - Sentir-me-ia mal: “Por que por um lado eu faria, mas ficaria me sentido mal” (Sujeito 32).
- Moral (reflexões que salientam normais ou valores morais, usados em geral para justificar uma decisão ou realçar análises deontológicas).
 - Era o melhor/bem maior: “Apesar de ser uma decisão difícil iria compensar muito mais” (Sujeito 21) ou “Pronto, por que é pelo um bem maior” (Sujeito 41).
 - Não é correto matar: “Matar pessoas não é algo que considero” (Sujeito 16) ou “Por um lado, acho injusto a outra pessoa morrer” (Sujeito 14).
 - O correto é salvar mais: “Ia matar uma, mas acho que é melhor salvar várias” (Sujeito 2) ou “Milhares acho que valem mesmo muito mais que uma pessoa” (Sujeito 13).
 - O número de mortos é indiferente: “Eu não vou matar o meu filho pra salvar, pra salvar a mim e dez vizinhos” (Sujeito 27).
 - Uma vida é importante: “Tanto que essa pessoa vale tanto como as outras, só não em número” (Sujeito 29).

- Relação com a vítima (reflexões que levam em conta para a tomada de decisão características da qualidade de familiaridade, amizade ou convivência entre a vítima e o protagonista do dilema).
 - Afinidade com a vítima/ligação emocional: “Se a pessoa ferida for alguém que eu gosto muito” (Sujeito 1) ou “Mas fala que ele é meu colega, então é alguém que conheço” (Sujeito 31).
 - Depende da relação: “Ele também não esclarece quem é a pessoa ferida” (Sujeito 34) ou “Também depende da relação que eu tenho com ele” (Sujeito 1).
 - Distanciamento emocional: “Pois, aqui já é diferente [...] já não é alguém que eu tenha um laço” (Sujeito 36).
- Solução do dilema (reflexões que apontam uma possível alteração do desfecho ou solução para o dilema que não envolva necessariamente a escolha das ações propostas no problema).
 - Ausência de solução: “Mas, dado que nunca encontraria uma solução pra isso” (Sujeito 5).
 - Possibilidade de solução diferente: “Existem maneiras sem ser essa” (Sujeito 43) ou “E, se calhar, isso podia não acontecer. Havia essa esperança” (Sujeito 3).
 - Solução diferente do dilema: “Mas talvez era mais fácil pegar em mim e salvar os outros todos” (Sujeito 16) ou “Tentava convencê-lo ou então lhe roubava o computador, mas não o matava” (Sujeito 17).

As categorias dos dilemas usadas no Nível 2 (pessoal, impessoal, etc.), foram agrupadas conforme seus autores assim o fizeram (Christensen et al., 2014):

- Força Pessoal (reflexões que apontam a pessoalidade da ação).
 - Pessoal: “Nesse caso se calhar iria optar pela tortura” (Sujeito 11).
 - Impessoal: “Eu acho que cortava o cabo” (Sujeito 14).
- Destinatário do Benefício (reflexões que levam em consideração quem seja beneficiado pela ação).
 - Benefício para o próprio: “Sim, sacrificava a pessoa ferida para salvar-me a mim” (Sujeito 18).
 - Benefício para os outros: “Manter a vida das outras pessoas todas” (Sujeito 4).

- Intencionalidade (reflexões que expressam a intenção do protagonista em relação a ação proposta no dilema).
 - Acidental: “Além disso ele está quase morto, se eu torturasse ele morreria mais rápido” (Sujeito 17).
 - Instrumental: “Tinha de ser eu a empurrar a pessoa” (Sujeito 27) ou “Talvez fosse capaz de mandar a pessoa do avião” (Sujeito 4).
- Evitabilidade (reflexões que levam em conta para a decisão a morte da vítima ser evitável ou inevitável).
 - Evitável: “Por que, apesar de ela estar ferida ela ainda, ela ia conseguir se salvar” (Sujeito 31)
 - Inevitável: “Por que ele iria morrer de qualquer maneira” (Sujeito 41).
- Força pessoal/intencionalidade: Foi ainda acrescentado uma última categoria para verbalizações que expressam tanto a força pessoal quanto a intencionalidade, por exemplo, “Não conseguia pegar nela e bater até sair os escombros, é impossível” (Sujeito 30) ou “Se fosse preciso torturá-lo até matá-lo” (Sujeito 9).

Anexo II – Consentimento Informado



CONSENTIMENTO INFORMADO

Esta declaração certifica que aceito de livre vontade participar numa experiência científica sobre emoções devidamente integrada na UC de Dissertação do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde que será dividida em duas partes: uma primeira parte de caracterização sintomatológica e de personalidade e, uma segunda, onde será realizada uma tarefa de processamento de emoções e julgamento moral.

Uma explicação breve sobre a experiência na qual vou participar foi-me dada e estou esclarecido (a) sobre a mesma. Tive oportunidade de colocar questões sobre a experiência, e estou satisfeito(a) com as respostas. Compreendo que a minha participação no estudo é voluntária e que posso interrompê-la a qualquer momento, sem fornecer qualquer explicação.

Entendo também que, caso o deseje, poderei vir a solicitar um resumo dos resultados do estudo.

ASSINATURA DO PARTICIPANTE

DATA

A SER PREENCHIDO PELO INVESTIGADOR

O participante supramencionado foi informado sobre a natureza da experiência. O participante foi informado que a experiência será imediatamente interrompida se requerido e que isso não afetará o cuidado que merece.

Assinatura e Data:

Anexo III – Ficha de Informação Sociodemográfica

QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

As seguintes questões servem apenas para caracterização genérica da amostra.

Idade: _____

Homem Mulher

Quantos anos de escolaridade possui? _____

Estado civil (assinale com uma cruz uma opção):

- Solteiro(a)
- Casado(a) ou em união de facto
- Separado(a) ou divorciado(a)
- Viúvo(a)

Região de Portugal de origem/residência oficial (assinale com uma cruz uma opção):

- Algarve
- Alentejo
- Estremadura, Ribatejo (incluindo Zona da Grande Lisboa)
- Beira Interior
- Beira Litoral
- Douro e Minho (incluindo zona do Grande Porto)
- Trás-os-Montes e Alto Douro
- Zonas autónomas (Madeira e Açores)

Situação profissional (assinale com uma cruz uma opção):

- Estudante a tempo inteiro
- Trabalhador-estudante
- Trabalhador por conta de outro
- Trabalhador por conta própria
- Desempregado/Procura primeiro emprego

Alguma vez consultou um neurologista?

Sim Não

Se respondeu sim, refira o motivo: _____

Alguma vez consultou um psicólogo?

Sim Não

Se respondeu sim, refira o motivo: _____

Alguma vez consultou um psiquiatra?

Sim Não

Se respondeu sim, refira o motivo:

Tomou ou toma medicação psiquiátrica?

Sim Não

Se respondeu sim, refira o motivo:

Alguma vez se viu envolvido em algum acidente grave?

Sim Não

Código _____ (últimos 4 dígitos do documento de identificação)

Número de telemóvel: _____

Email: _____

Anexo IV – Inventários de Necessidade de Cognição e Fé na Intuição

Escala de Necessidade de Cognição (Silva & Garcia-Marques, 2006)

Por favor indique o quanto concorda ou discorda com as seguintes afirmações, preenchendo na totalidade o círculo sobre o número que, na escala fornecida, melhor expressa a sua resposta, onde o 1 corresponde ao pólo “discordo totalmente” e 5 ao pólo “concordo totalmente”

	Discordo totalmente			Concordo totalmente	
1. Prefiro problemas complexos aos simples.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
2. Gosto de ter a responsabilidade de lidar com situações em que é preciso pensar muito.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
3. Pensar não me diverte.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
4. Prefiro fazer algo que não me obrigue a pensar, em vez de algo que desafie a minha capacidade de pensar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
5. Tento antecipar e evitar situações onde é provável que eu tenha que pensar profundamente sobre alguma coisa.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
6. Reflectir muito e por muito tempo, é algo que me satisfaz.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
7. Penso apenas tão profundamente quanto necessário.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
8. Prefiro pensar em pequenos projectos e imediatos, a pensar em projectos a longo prazo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
9. Gosto de tarefas que, uma vez aprendidas, não requerem muito pensamento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
10. A noção de depender do pensamento para ter sucesso atrai-me.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
11. Gosto muito de uma tarefa que envolva a descoberta de soluções novas para problemas.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
12. Aprender novas maneiras de pensar não me entusiasma muito.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
13. Prefiro que a minha vida esteja cheia de quebra-cabeças para resolver.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
14. Considero apelativo pensar de modo abstracto.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
15. Prefiro uma tarefa que seja intelectual, difícil e importante a uma que seja algo importante mas que não requeira muito pensamento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
16. Sinto alívio em vez de satisfação quando completo uma tarefa que requer muito esforço mental.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
17. Para mim é suficiente que a tarefa seja feita, não me interessa como e porque é que é feita.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5
18. Dou por mim frequentemente a reflectir sobre assuntos, mesmo quando estes não me dizem respeito.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
	1	2	3	4	5

Escala de Fé na Intuição (Silva & Garcia-Marques, 2006)

Por favor indique o quanto concorda ou discorda com as seguintes afirmações, preenchendo na totalidade o círculo sobre o número que, na escala fornecida, melhor expressa a sua resposta, onde o 1 corresponde ao pólo “discordo totalmente” e 5 ao pólo “concordo totalmente”.

	Discordo Concordo totalmente totalmente				
1. Confio nas minhas primeiras impressões sobre as pessoas.	<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3	<input type="radio"/> 4	<input type="radio"/> 5
2. Creio poder confiar nos meus palpites.	<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3	<input type="radio"/> 4	<input type="radio"/> 5
3. As minhas primeiras impressões acerca dos outros estão sempre quase certas.	<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3	<input type="radio"/> 4	<input type="radio"/> 5
4. No que se refere a confiar nas pessoas, geralmente confio nos meus instintos.	<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3	<input type="radio"/> 4	<input type="radio"/> 5
5. Geralmente consigo sentir se uma pessoa está certa ou errada, mesmo sem conseguir explicar como.	<input type="radio"/> 1	<input type="radio"/> 2	<input type="radio"/> 3	<input type="radio"/> 4	<input type="radio"/> 5

**Anevo V – Inventário Racional-Experiencial
(Pacini & Epstein, 1999)**

Por favor, use a escala que se segue para responder às questões.

Completamente Verdadeiro					Completamente Falso
1	2	3	4	5	

1. ___ Eu tenho uma mente lógica.
2. ___ Eu prefiro problemas complexos a problemas simples.
3. ___ Eu acredito que posso confiar nos meus palpites.
4. ___ Eu não sou um pensador muito analítico.
5. ___ Eu confio nos meus sentimentos iniciais acerca das pessoas.
6. ___ Eu tento evitar situações que requeiram pensar em profundidade sobre algo.
7. ___ Eu gosto de confiar nas minhas impressões intuitivas.
8. ___ Eu não raciocino bem sob pressão.
9. ___ Eu não gosto de situações nas quais tenho que confiar na intuição.
10. ___ Pensar muito e por muito tempo sobre algo dá-me pouca satisfação.
11. ___ A intuição pode ser uma forma muito útil de resolver problemas.
12. ___ Eu não gostaria de depender de alguém que descreve a si próprio como intuitivo.
13. ___ Eu sou muito melhor a descobrir as coisas logicamente que a maioria das pessoas.
14. ___ Eu normalmente tenho razões claras e justificáveis para as minhas decisões.
15. ___ Eu não acho que seja boa ideia contar com a intuição em decisões importantes.
16. ___ Pensar não é a minha ideia de atividade agradável.
17. ___ Eu não tenho problemas em pensar sobre as coisas de forma cuidadosa.
18. ___ Quando se trata de confiar nas pessoas, eu geralmente confio nas minhas intuições.
19. ___ Eu usualmente consigo sentir quando uma pessoa está certa ou errada, mesmo que eu não consiga explicar como o consegui saber.
20. ___ Aprender novas formas de pensar seria muito atrativo para mim.
21. ___ Eu dificilmente estou errado quando oiço as minhas intuições mais profundas para encontrar uma resposta.
22. ___ Eu acho uma tolice tomar decisões importantes com base em sentimentos
23. ___ Eu costumo usar o coração como guia das minhas ações.

24. ___ Eu costumo usar os meus instintos quando decido sobre o curso de uma ação.
25. ___ Eu não sou bom a descodificar problemas complicados.
26. ___ Eu gosto de desafios intelectuais.
27. ___ Raciocinar cuidadosamente não é dos meus pontos fortes.
28. ___ Eu gosto de pensar em termos abstratos.
29. ___ Eu geralmente não dependo dos meus sentimentos para ajudar-me a tomar decisões.
30. ___ Geralmente usar a lógica funciona na resolução dos problemas da minha vida.
31. ___ Eu acho que há momentos em que se deve confiar na intuição.
32. ___ Eu não gosto de ter de pensar muito.
33. ___ Conhecer a resposta sem ter que entender a razão que está por trás é suficientemente bom para mim.
34. ___ Usar as minhas intuições normalmente, funciona bem na resolução dos problemas da minha vida.
35. ___ Eu não tenho um bom senso intuitivo.
36. ___ Se eu acreditasse nas minhas intuições, com frequência cometeria erros.
37. ___ Eu suspeito dos meus palpites mesmo que eles estejam corretos.
38. ___ É provável que os meus julgamentos precipitados não sejam tão bons como os da maioria das pessoas.
39. ___ Eu não sou muito bom a resolver problemas que requeiram uma análise lógica cuidadosa.
40. ___ Eu gosto de resolver problemas que exijam um pensamento difícil.

Anexo VI – Dilemas utilizados para julgamento moral na Tarefa 1
(Christensen, Flexas, Calabrese, Gut & Gomila, 2014)

Dilema de treino – Festival (Pessoal – Benefício para outro – Morte evitável – Instrumental)

Está a negociar com um homem psicologicamente doente que se encontra armado no telhado de um edifício. Lá em baixo está uma multidão de pessoas que assiste a um festival de arte e de música. Este homem afirma que disparará sobre a multidão e você percebe que não vai conseguir convencê-lo do contrário. A multidão desconhece a ameaça e você não tem maneira de os avisar. Na posição em que o homem se encontra, ele pode facilmente disparar sobre uma dúzia de pessoas, sem contar com aquelas que irão ficar feridas pelo caos que se produzirá na altura dos disparos quando todos se tentarem pôr a salvo.

Se correr sobre o homem e o empurrar no telhado abaixo, ele não poderá disparar sobre a multidão. Isto matá-lo-á, mas salvará muitas vidas.

Evitava o caos, empurrando o homem do telhado abaixo, para que ele não disparasse sobre a multidão?

1) Prédio em Chamas (Pessoal – Benefício para o próprio – Morte evitável - Instrumental)

Você e mais cinco pessoas estão presas num prédio em chamas. Existe apenas uma saída de emergência, pela qual todos podem escapar, mas que está bloqueada pelos escombros do fogo. Uma outra pessoa ferida está prestes a rastejar através de uma abertura na parte inferior dessa porta de saída. Você e as restantes cinco pessoas não têm tempo para fazer o mesmo.

Se usar a pessoa ferida para conseguir demolir os escombros você conseguirá escapar. Ao fazê-lo, vai seguramente matá-la, mas ao mesmo tempo salva-se a si e às restantes pessoas.

Desbloqueava a saída servindo-se da pessoa ferida, para você e as outras cinco pessoas conseguirem escapar?

2) Choro do bebê (Impessoal – Benefício para o próprio – Morte evitável – Acidental)

Soldados inimigos invadiram a sua aldeia e tencionam eliminar todos os civis com mais de dois anos de idade. Você e dez vizinhos estão escondidos em duas zonas da cave de uma casa. Conseguem ouvir as vozes dos soldados que revistam a casa à procura de bens de valor. O seu bebê começa a chorar alto. O choro irá atrair a atenção dos soldados, que irão poupar a vida do seu bebê mas não a sua nem a dos outros refugiados.

Se ativar uma caldeira barulhenta, irá abafar o choro, mas a temperatura ficará insuportavelmente alta. O calor será mortal para o seu bebê mas salvará a sua vida e a dos dez vizinhos.

Abafava o choro do seu bebê, ativando a caldeira barulhenta, o que o asfixiaria, para os soldados não o encontrarem a si nem aos outros dez vizinhos?

3) Submarino (Pessoal – Benefício para o próprio – Morte evitável – Acidental)

Você é membro da tripulação de um submarino que está a passar por baixo de um grande iceberg. Ocorre uma explosão que danifica o submarino, fere muitos membros da tripulação e faz desabar o único acesso entre o convés superior e inferior. Você e outros dez sobreviventes encontram-se no convés superior e não têm oxigénio suficiente para que possam sobreviver até chegar à superfície. No convés inferior, onde existe oxigénio suficiente, encontra-se inconsciente um único elemento da tripulação.

Se empurrar a escotilha de emergência que existe entre o convés superior e inferior do submarino, permitirá que o oxigénio suba para o convés superior. Neste caso, a escotilha cairá sobre o tripulante inconsciente e irá matá-lo mas isso salvará a sua vida e a dos outros dez sobreviventes.

Deixava o ar passar, empurrando a escotilha, que cairia sobre o tripulante do convés inferior, para você e os dez sobreviventes terem oxigénio suficiente?

4) Tubarões (Impessoal – Benefício para o próprio – Morte evitável – Instrumental)

Você e mais dez mergulhadores fazem parte de uma equipa da ONU cujo missão é desativar minas submarinas que restaram da Segunda Guerra Mundial. Numa destas expedições, um dos seus colegas de equipa ficou ferido e o seu sangue começa a atrair muitos tubarões. Tem em sua posse uma espingarda submarina com apenas um arpão, mas existem muitos tubarões. O mergulhador ferido começa a nadar em direção à última gaiola protetora e irá alcançá-la antes de si e dos restantes colegas. Os tubarões que seguem o rasto do sangue estão demasiado perto para que você e os outros mergulhadores consigam escapar.

Se fizer explodir uma das minas através de um controlo remoto, isso irá matar o mergulhador ferido e os tubarões irão parar para o comer, mas você e os outros mergulhadores ficarão a salvo.

Permitia que os tubarões comessem o mergulhador ferido, detonando a mina perto dele, para você e os outros nove mergulhadores poderem alcançar a gaiola protetora?

5) Orfanato (Pessoal – Benefício para o próprio – Morte evitável – Instrumental)

Você trabalha num orfanato, onde vivem dez órfãos, situado num país em guerra. Os soldados rebeldes que assumiram o governo estão a eliminar todos aqueles que se opõem ao seu regime. Além disso, estão a fazer uma “limpeza étnica”, exterminando todas as pessoas de um determinado grupo étnico. Você e as dez crianças do orfanato são contra este governo rebelde. Para além disso, vive no orfanato uma criança que pertence a esse grupo étnico que os soldados querem exterminar. É impossível a vossa fuga e os soldados certamente irão eliminá-los a todos.

Se asfixiar com uma almofada a criança da etnia perseguida enquanto ela dorme, os soldados vão acreditar que você apoia o regime. Isto irá matar a criança, mas irá salvá-lo a si e às outras nove crianças.

Fazia com que soldados acreditassem que os está a apoiar, asfixiando a criança, para que eles poupassem a sua vida e a das outras nove crianças?

6) Helicóptero (Pessoal – Benefício para o próprio – Morte inevitável – Instrumental)

Você é o único médico num helicóptero de resgate durante umas cheias devastadoras. Conseguiu resgatar oito pessoas gravemente feridas e está a tentar mantê-las vivas dentro do helicóptero. De repente, o piloto informa-o que o motor está com um problema e que é preciso libertar peso, caso contrário o helicóptero irá cair e ninguém sobreviverá. Você não pode abandonar o helicóptero porque os feridos precisam da sua ajuda e o equipamento médico pesado está aparafusado no helicóptero.

Se empurrar para fora uma das pessoas feridas, conseguirá manter o helicóptero no ar. Isto irá matar a pessoa, mas você, o piloto e os outros feridos a bordo ficarão a salvo.

Libertava o peso do helicóptero, empurrando um dos feridos para fora, para que você e as outras oito pessoas a bordo se conseguissem manter no ar?

7) Estação espacial (Impessoal – Benefício para o próprio – Morte inevitável – Acidental)

Você é um engenheiro da Estação Espacial Internacional ISS. De repente, surge um incêndio no compartimento de carga. O sistema automático de segurança contra incêndios abriria a porta exterior deste compartimento, fazendo com que todo o oxigênio saísse e assim se apagasse o fogo. Contudo, este sistema só funciona quando a porta interna está fechada. Acontece que um mecânico ainda se encontra na zona de carga. Você apercebe-se que ele não tem tempo para tirar o volumoso fato espacial e irá ficar preso ao tentar passar pela porta interna, fazendo com que o fogo se espalhe, atingindo-os a todos.

Se carregar num botão antes do mecânico chegar à porta interna, a porta irá fechar-se, ativando o sistema de emergência que apagará o fogo. Isto fará com que o mecânico seja sugado para o espaço, matando-o, mas assim salvar-se-á a si próprio e aos outros dez astronautas.

Apagava o fogo, carregando o botão que fecha a porta interna, o que faria com que o mecânico fosse sugado para o espaço, para que o fogo não o alcançasse a si nem aos outros dez astronautas?

8) Reação nuclear (Pessoal – Benefício para o próprio – Morte inevitável – Instrumental)

Você é inspetor de uma central nuclear. Quando você e o supervisor da central estão a visitar as instalações apercebem-se que as condutas de abastecimento estão sobreaquecidas. O sistema de refrigeração de emergência não foi ativado e uma reação em cadeia está prestes a iniciar-se, resultando numa fusão nuclear. A radiação libertada será fatal para uma cidade próxima, terminando com a vida de milhares de pessoas.

Se empurrar o supervisor para as condutas, o seu corpo irá absorver calor suficiente para impedir a reação nuclear em cadeia. Isto vai matá-lo, mas salvar-se-á a si e aos milhares de habitantes da cidade.

Arrefecia as condutas de abastecimento empurrando o supervisor para elas, para proteger a sua vida e a de milhares de pessoas do acidente nuclear?

9) Arranha-céus (Impessoal – Benefício para o próprio – Morte inevitável – Instrumental)

Você é um perito em explosivos numa empresa que foi contratada para demolir um arranha-céus. Está no local a verificar a última carga de explosivos quando, de repente, vê um rapaz prestes a detonar acidentalmente uma das cargas. A explosão irá resultar num colapso descontrolado do edifício sobre si, sobre o rapaz e sobre uma multidão de espetadores. O rapaz encontra-se a vários andares abaixo de si e não o consegue ouvir.

Se reativar a eletricidade do edifício, o rapaz receberá um choque elétrico pois está a tocar um circuito exposto. Isto irá matá-lo, mas, ao prevenir a explosão, salvar-se-á a si e a multidão.

Detinha o rapaz, reativando a eletricidade do edifício, para que o edifício não colapsasse sobre si e sobre a multidão de espectadores?

10) Autocarro do zoo (Impessoal – Benefício para o próprio – Morte inevitável – Acidental)

Você é o condutor de um autocarro de um jardim-de-infância numa visita de estudo ao jardim zoológico. No percurso, um problema nos pneus causa um despiste do cimo de uma ponte para um rio com uma corrente forte. Você e três crianças encontram-se presos no autocarro que se está a afundar. As restantes crianças foram levadas pelo rio. Você agarra duas crianças próximas de si e começa a nadar em direção à saída do autocarro, no entanto, está bloqueada pelos volumosos bancos do autocarro.

Se afastar os bancos do autocarro conseguirá desbloquear a saída; contudo, irá bloquear o corredor onde a terceira criança ficará encurralada, o que causará o seu afogamento. Isto irá matá-la mas salvar-se-á a si e às restantes duas crianças.

Libertava a saída, afastando os bancos para o corredor, o que encurralaria a terceira criança, para que você e as outras duas crianças pudessem chegar à superfície?

11) Transplante de órgão (Pessoal – Benefício para outros – Morte evitável – Instrumental)

Você é um médico. Tem cinco doentes que não sobreviverão se não receberem imediatamente um transplante de órgão. Um outro doente entra nas urgências do hospital depois de um grave acidente de carro. Este doente está em estado crítico mas você provavelmente conseguirá que ele recuperasse depois de uma longa e complicada operação.

Se durante a cirurgia cortar secretamente a artéria carótida deste doente, causando a sua morte conseguirá obter os órgãos para os outros cinco doentes. Isto matará a vítima do acidente de carro mas salvará a vida dos outros cinco doentes.

Obtinha os órgãos, cortando a artéria carótida da vítima de acidente de carro, para poder realizar o transplante nos outros cinco pacientes?

12) Descarga de navio (Impessoal – Benefício para outros – Morte evitável – Acidental)

Você é um estivador cuja função é prender os cabos dos guindastes aos contentores para descarregar navios de mercadorias. Você e os outros colegas acabaram de prender os cabos a um contentor e subiram para cima dele para se certificarem que vai ser descarregado em segurança. De repente, a luz vermelha de aviso acende, indicando que o cabo do guindaste está prestes a falhar. Se falhar, o contentor irá cair sobre cinco outros trabalhadores que estão no convés.

Se carregar no botão de emergência, o contentor cairá de volta no porão. Você e os seus colegas ficarão suspensos no ar pelos cintos de segurança, mas um dos tripulantes ainda se encontra a trabalhar no porão. Deixar cair o contentor no porão irá matá-lo, mas assim os cinco trabalhadores do convés serão salvos.

Desviava o contentor para o porão, carregando no botão de emergência, o que faria cair o contentor em cima do tripulante que se encontra no porão, para que o contentor não caísse em cima dos cinco outros trabalhadores do convés?

13) Vacinas (Pessoal – Benefício para outros – Morte evitável – Acidental)

Uma epidemia viral espalhou-se matando milhares de pessoas em todo o mundo. Você é um investigador em medicina e acaba de desenvolver duas substâncias no seu laboratório. Devido a um erro, ambas foram rotuladas como vacinas. Uma delas é de facto a vacina, que poderá proteger milhares de vidas. A outra é uma substância fatal.

Se administrar as substâncias nos seus dois assistentes de laboratório será capaz de identificar qual delas é a vacina. Neste caso, um dos assistentes morrerá, mas descobrirá e poderá salvar milhares de vidas com a sua vacina.

Identificava a vacina, administrando as substâncias aos seus dois assistentes de laboratório, o que iria envenenar um deles, para que milhares de pessoas pudessem ser vacinadas?

14) Comboio (Impessoal – Benefício para outros – Morte evitável – Acidental)

Uma carruagem encontra-se descontrolada e dirige-se a alta velocidade em direção a cinco trabalhadores que serão atropelados caso ele continue o seu percurso. Você está junto aos carris, mas demasiado longe para avisar os trabalhadores. Perto de si está um interruptor que pode redirecionar a carruagem descontrolada para um carril diferente, onde se encontra um trabalhador.

Se carregar no interruptor desviará a carruagem para a linha onde só está um trabalhador, e a carruagem não continuará o seu curso na direção dos outros trabalhadores. Isto matará esse trabalhador, mas irá salvar os outros cinco.

Desviava o curso da carruagem, carregando no interruptor, o que iria causar o embate da carruagem sobre um trabalhador, para que esta não atingisse os outros cinco trabalhadores?

15) Motociclista (Impessoal – Benefício para outro – Morte evitável – Instrumental)

Você é um motociclista profissional e está a participar num evento de motorizadas. No momento em que vai à frente de um grupo de dez motociclistas, dá-se contra que o motociclista à sua frente está a perder o controlo da moto e vai cair. Você pode facilmente evitá-lo, mas os motociclistas que vêm atrás de si irão embater contra ele e o resultado desse choque em cadeia ser-lhe-á fatal.

Se largar a sua moto, deixando que esta siga na direção ao motociclista caído, e saltar para a vala lateral da estrada, terá tempo para avisar os outros. Isto matará o motociclista que está caído, mas irá salvar a vida dos outros dez.

Alertava para a iminência de um acidente, deixando a sua moto embater contra a moto caída, para que os outros dez motociclistas tivessem tempo de se desviar desse motociclista?

16) Soldado (Pessoal – Benefício para outro – Morte inevitável – Instrumental)

Você é o líder de um pequeno grupo de soldados. Ao regressar de uma missão no território inimigo, um dos seus homens pisa numa armadilha que lhe prende a perna, ferindo-o gravemente. Você não consegue libertá-lo vivo da armadilha, mas se o deixar para atrás as tropas inimigas irão torturá-lo até que ele revele a localização de um importante acampamento aliado. Depois, atacarão o acampamento e eliminarão os dez soldados desse pelotão. O seu soldado implora-lhe para que não o deixe para trás, mas as tropas inimigas estão a aproximar-se e é perigoso para si e para os seus homens permanecerem no local pois não têm mais munições.

Se esfaquear o seu soldado impedirá que ele seja torturado e revele informações que resultarão na morte do pelotão aliado. Isto matá-lo-á, mas assim salvará os dez soldados do pelotão.

Impedia que o soldado preso na armadilha fosse torturado, esfaqueando-o, para que ele não revelasse a localização dos dez membros do pelotão aliado?

17) Hospital (Pessoal – Benefício para outro – Morte inevitável – Instrumental)

Você é um vigilante num hospital durante o turno da noite. Um produto químico foi derramado numa enfermaria com seis doentes. Esse químico é altamente tóxico porque, uma vez exposto ao oxigênio, evapora-se e transforma-se num gás tóxico que será fatal para todos os doentes da enfermaria. Você não pode limpar o produto com toalhas ou panas de limpeza convencionais. Contudo, a pele humana absorve-o rapidamente.

Se deitar um dos doentes sobre o produto químico, a sua pele irá absorvê-lo e assim evitará que se evapore. Isto irá matar o doente, mas salvará os outros cinco doentes da enfermaria.

Evitava a evaporação tóxica, colocando um dos doentes sobre o produto químico, para que os outros cinco pacientes não ficassem intoxicados?

18) Barco (Impessoal – Benefício para outro – Morte inevitável – Acidental)

Você está num barco a remos com um guia turístico num lago do Alasca. Perto de si, três crianças caíram para fora de um outro barco e estão em perigo de ficarem enregeladas. Você resgata as crianças, mas uma delas é muito pesada e apercebe-se que se a mantiver a bordo o seu barco vai afundar e não conseguirão chegar à margem. Nem você nem o guia podem abandonar o barco, porque está a remar e o guia está a reanimar uma das crianças.

Se remar para a margem, deixando a terceira criança na água, impedirá que o que barco se afunde. Isso matará a criança deixada para trás, mas salvará as outras duas crianças.

Evitava o afundamento do barco, deixando a terceira criança para atrás, o que faria com que ela ficasse enregelada, para poder alcançar a costa com as outras duas crianças?

19) Minas (Impessoal – Benefício para outro – Morte inevitável – Instrumental)

Você trabalha numa mina. A única forma de sair da mina é subir em pequenas cabines que são puxadas por um cabo. Está no final do seu turno e todos os trabalhadores a subir para a superfície nestas cabines. Enquanto espera pela sua vez, vê que o cabo que suporta as cabines está prestes a romper. São dez os mineiros que estão nesse momento dentro das cabines.

Se premir um interruptor de emergência, a última cabine, onde se encontra um mineiro, soltar-se-á do cabo que a liga às outras cabines. Desta forma, conseguirá reduzir suficientemente o peso para que o cabo resista e leve as cabines com os outros nove mineiros até a saída. Isto matará o mineiro que está na cabine despejada, mas salvará os outros nove.

Reduzia a carga do cabo, premindo o interruptor de emergência que libertava a última cabine onde se encontrava um mineiro, para que os outros nove mineiros chegassem à saída?

20) Espião (Pessoal – Benefício para outro – Morte inevitável – Acidental)

Você é oficial do exército durante uma guerra. Os seus soldados encontraram um importante espião inimigo que estava preso e gravemente ferido num edifício em ruínas. Você foi informado pelo rádio que os soldados inimigos planeiam realizar um ataque surpresa a uma cidade vizinha, mas não sabe qual. Caso vocês não os impeçam, eles aniquilarão milhares de civis. O espião sabe certamente qual é a cidade que vai ser atacada. Você interroga-o, mas ele não lhe diz nada. Devido aos ferimentos, não lhe resta muito mais tempo de vida.

Se torturar o espião, ele irá revelar a informação que permite salvar a cidade. A tortura matá-lo-á, mas permitirá salvar a vida de milhares de civis.

Fazia o espião revelar a informação necessária, torturando-o, para que impedisse o ataque a milhares de civis?

**Anexo VII – Dilemas utilizados para julgamento moral na Tarefa 2
(Christensen, Flexas, Calabrese, Gut & Gomila, 2014)**

Dilema de treino – Prédio em Chamas (Pessoal – Benefício para o próprio – Morte evitável – Instrumental)

Você e mais cinco pessoas estão presas num prédio em chamas. Existe apenas uma saída de emergência, pela qual todos podem escapar, mas que está bloqueada pelos escombros do fogo. Uma outra pessoa ferida está prestes a rastejar através de uma abertura na parte inferior dessa porta de saída. Você e as restantes cinco pessoas não têm tempo para fazer o mesmo.

Se usar a pessoa ferida para conseguir demolir os escombros você conseguirá escapar. Ao fazê-lo, vai seguramente matá-la, mas ao mesmo tempo salva-se a si e às restantes pessoas.

Desbloqueava a saída servindo-se da pessoa ferida, para você e as outras cinco pessoas conseguirem escapar?

1) Choro do bebé (Impessoal – Benefício para o próprio – Morte evitável – Acidental)

Soldados inimigos invadiram a sua aldeia e tencionam eliminar todos os civis com mais de dois anos de idade. Você e dez vizinhos estão escondidos em duas zonas da cave de uma casa. Conseguem ouvir as vozes dos soldados que revistam a casa à procura de bens de valor. O seu bebé começa a chorar alto. O choro irá atrair a atenção dos soldados, que irão poupar a vida do seu bebé mas não a sua nem a dos outros refugiados.

Se ativar uma caldeira barulhenta, irá abafar o choro, mas a temperatura ficará insuportavelmente alta. O calor será mortal para o seu bebé mas salvará a sua vida e a dos dez vizinhos.

Abafava o choro do seu bebé, ativando a caldeira barulhenta, o que o asfixiaria, para os soldados não o encontrarem a si nem aos outros dez vizinhos?

2) Helicóptero (Impessoal – Benefício para o próprio – Morte inevitável - Instrumental)

Você é o único médico num helicóptero de resgate durante umas cheias devastadoras. Conseguiu resgatar oito pessoas gravemente feridas e está a tentar mantê-las vivas dentro do helicóptero. De repente, o piloto informa-o que o motor está com um problema e que é preciso libertar o peso, caso contrário o helicóptero irá cair e ninguém sobreviverá. Você não pode abandonar o helicóptero porque os feridos precisam da sua ajuda e o equipamento médico pesado está aparafusado no helicóptero.

Se cortar o cabo pelo qual a última pessoa resgatada está a ser subida, conseguirá ficar com o peso ideal para manter o helicóptero no ar. Isto irá matar a última pessoa resgatada, mas você, piloto e os restantes feridos ficarão a salvo.

Libertava o peso do helicóptero, cortando o cabo de salvamento ao último ferido a ser resgatado, para que você e as oito pessoas a bordo se mantivessem no ar?

3) Espião (Pessoal – Benefício para outro – Morte inevitável – Acidental)

Você é oficial do exército durante uma guerra. Os seus soldados encontraram um importante espião inimigo que estava preso e gravemente ferido num edifício em ruínas. Você foi informado pelo rádio que os soldados inimigos planeiam realizar um ataque surpresa a uma cidade vizinha, mas não sabe qual. Caso vocês não os impeçam, eles aniquilarão milhares de civis. O espião sabe certamente qual é a cidade que vai ser atacada. Você interroga-o, mas ele não lhe diz nada. Devido aos ferimentos, não lhe resta muito mais tempo de vida.

Se torturar o espião, ele irá revelar a informação que permite salvar a cidade. A tortura matá-lo-á, mas permitirá salvar a vida de milhares de civis.

Fazia o espião revelar a informação necessária, torturando-o, para que impedisse o ataque a milhares de civis?

4) Prémio Nobel (Impessoal – Benefício para outro – Morte evitável – Instrumental)

Você e um colega de investigação descobriram uma nova fonte de energia que é barata, segura e não poluente. Tem o potencial de pôr fim à poluição e à pobreza no mundo. No entanto, o seu colega quer vender a descoberta e você sabe que ele planeia contactar hoje por email os potenciais compradores. Você tem a certeza que estes compradores irão usar a invenção como uma arma mortífera, mas o seu colega não acredita em si.

Se libertar um gás inflamável no laboratório, haverá uma explosão quando o seu colega ligar o computador. Isto irá matá-lo, mas você salvará milhares de pessoas.

Fazia explodir o computador do seu colega, libertando o gás inflamável, para que a descoberta da fonte de energia não pudesse ser usada como arma contra milhares de pessoas?

Fazia o espião revelar a informação necessária, torturando-o, para que impedisse o ataque a milhares de civis?